

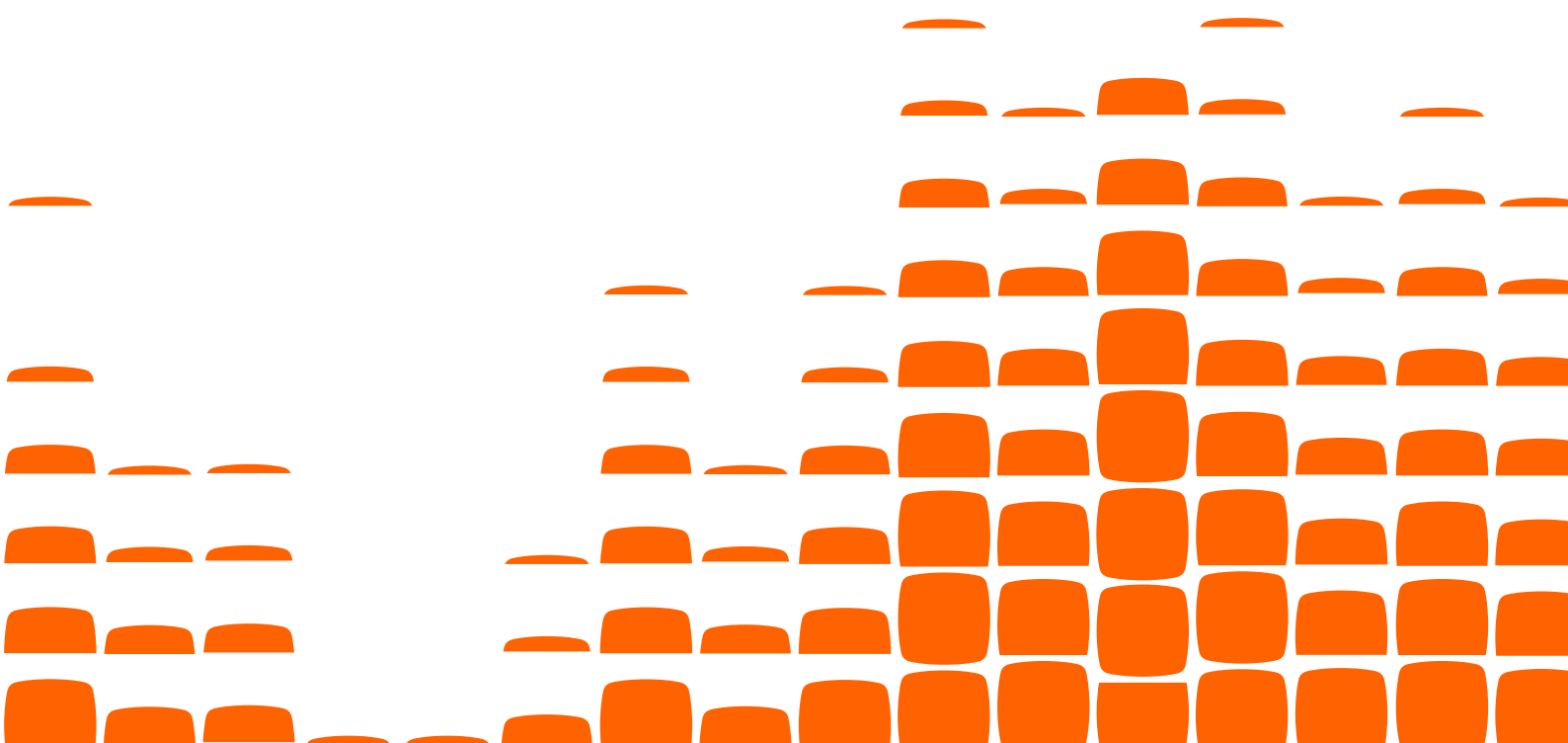


4T23

Itaú Unibanco Holding S.A.

Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3

4º Trimestre de 2023



Objetivo	1
Principais Indicadores	1
Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos	2
KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais	2
OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição	3
Escopo e Principais Características do Gerenciamento de Riscos	3
Governança de Riscos e Capital	4
Cultura de Riscos	5
Apetite de Risco	5
Teste de Estresse	6
Plano de Recuperação	6
Avaliação da Adequação de Capital	7
Suficiência de Capital	8
OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	9
Comparação entre informações contábeis e prudenciais	10
LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial	10
LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco	11
LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições	12
PV1: Ajustes prudenciais (PVA)	12
Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding	15
Instituições não consolidadas	17
Instituições relevantes	17
Composição de Capital	18
CCA: Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)	18
CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)	19
CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial	21
Indicadores Macropprudenciais	22
CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPCContracíclico	22
GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs)	22
Razão de Alavancagem	23
LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)	23
LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem	23
Indicadores de Liquidez	24
LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez	24
Estrutura e Tratamento	24
LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)	25
LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)	26

Risco de Crédito	27
CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito	27
CR1: Qualidade creditícia das exposições	28
CR2: Mudanças no estoque de ativos problemáticos	28
CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições	29
Exposições por setor econômico	29
Exposições por prazo remanescente de vencimento	29
Exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso	30
Exposições por região geográfica no Brasil e por país	30
Maiores exposições	30
Exposições reestruturadas	31
CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito	31
CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito	32
CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito	32
CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)	34
CRE: IRB - Informações qualitativas sobre abordagens IRB	37
CR6: IRB - Exposições ao risco de crédito por carteira e intervalos de PD	39
CR7: IRB - Efeitos da utilização de derivativos de crédito como instrumentos mitigadores do risco de crédito	41
CR8: Informações sobre as variações no RWACIRB	41
CR9: IRB - Comparação entre perdas estimadas e observadas (backtesting) do parâmetro PD por categoria, subcategoria e portfólio	41
Risco de Crédito de Contraparte	43
CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)	43
CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada	43
CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco	43
CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte	44
CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito	44
CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais	45
Exposições de Securitização	46
SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização	47
SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária	47
SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação	47
SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora	47

SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora	47
Risco de Mercado	48
MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado	49
MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado	50
MRB: Informações qualitativas sobre o risco de mercado na abordagem de modelos internos	51
MR2: Informações sobre as variações do RWA_{MINT}	53
Exposições sujeitas a risco de mercado	53
MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado	53
MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético	54
Teste de Aderência	54
Total da Exposição Associada a Instrumentos Financeiros Derivativos	55
IRRBB	56
IRRBBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB	56
Estrutura e tratamento	56
IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB	58
Remuneração de Administradores	59
REMA: Política de remuneração	59
REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência	69
REM2: Pagamentos extraordinários	69
REM3: Remuneração diferida	69
Outros Riscos	70
Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização	70
Risco Social, Ambiental e Climático	70
Risco de Modelo	71
Risco Regulatório ou de Conformidade	72
Risco Reputacional	72
Risco Cibernético	73
Risco País	74
Risco de Negócio e Estratégia	74
Risco de Contágio	74
Riscos Emergentes	74
Risco Operacional	75
Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios	76
Validação Independente de Modelos de Riscos	77
Glossário de Siglas	78
Glossário de Regulamentos	82

Objetivo

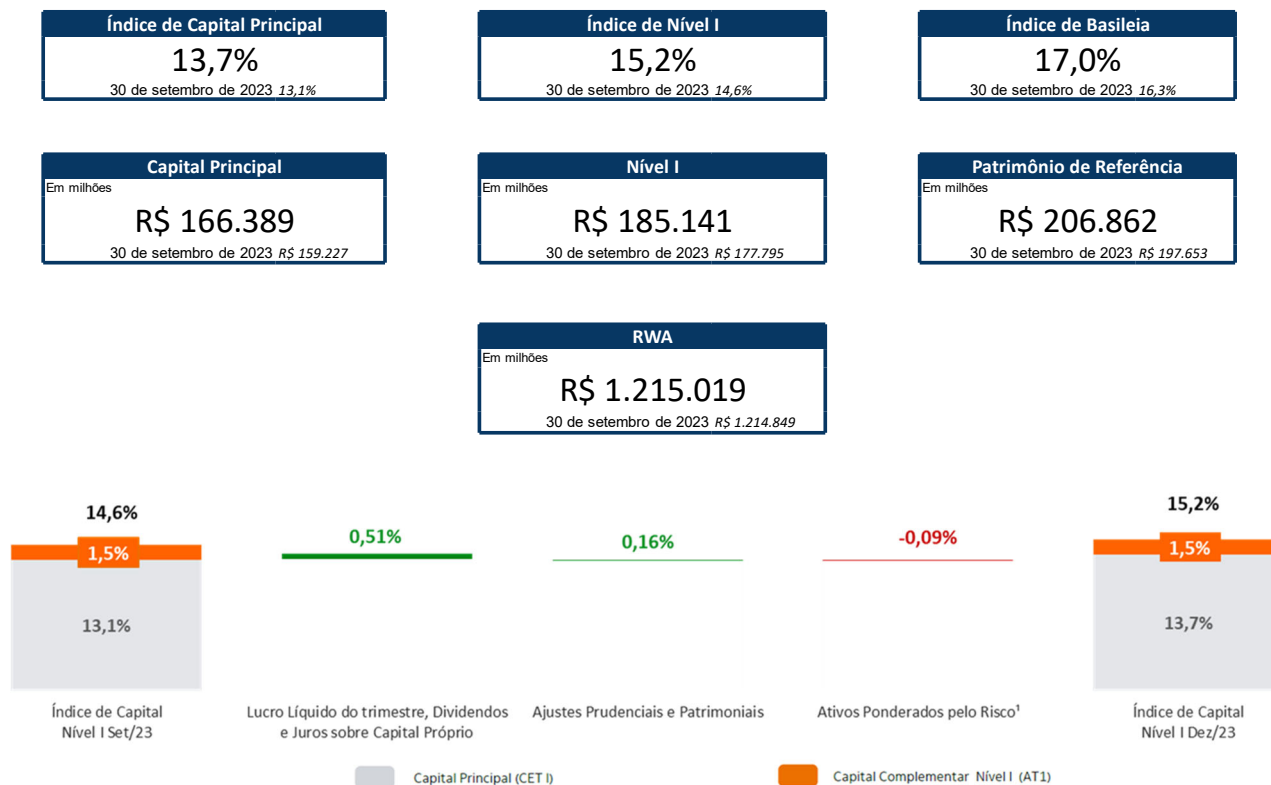
O presente documento apresenta as informações do Itaú Unibanco *Holding S.A.* (Itaú Unibanco) requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio da Resolução BCB nº 54 e alterações posteriores, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e capital, à comparação entre informações contábeis e prudenciais, à indicadores de liquidez e risco de mercado, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, do inglês “*Risk Weighted Assets*”), à apuração do Patrimônio de Referência (PR) e à remuneração de administradores.¹

A referida Resolução trouxe diversas alterações no formato de divulgação das informações de Pilar 3, além de mudanças no escopo e na periodicidade das informações divulgadas. Todas estas alterações, implementadas pelo Banco Central, visam a convergência da regulação financeira brasileira para as recomendações do Comitê de Basileia, buscando a harmonização das informações divulgadas pelas instituições financeiras em nível internacional, e levam em consideração as condições estruturais da economia brasileira.

A política de divulgação do Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital apresenta as diretrizes e responsabilidades das áreas envolvidas na elaboração do relatório, assim como a descrição das informações que devem ser divulgadas e a governança de confirmação de fidedignidade e aprovações, conforme estabelecido pelo art. 56 da Resolução nº 4.557.

Principais Indicadores

O foco do gerenciamento de riscos e capital do Itaú Unibanco é manter a instituição dentro das diretrizes de risco do Conselho de Administração (CA). Abaixo estão os principais indicadores do relatório, apurados com base no Conglomerado Prudencial, na data-base de 31 de dezembro de 2023.



(1) Excluindo a variação cambial do período.

¹ As informações sobre remuneração de administradores são divulgadas anualmente.

Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos

O Itaú Unibanco investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiam toda a instituição e que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios.

A seguir são apresentadas as informações sobre os requerimentos prudenciais e sobre a gestão integrada de riscos da instituição.

KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Visando garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de Patrimônio de Referência (PR) foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

Em 31 de dezembro de 2023, o PR alcançou R\$ 206.862 milhões, sendo R\$ 185.141 milhões referentes a Nível I e R\$ 21.721 milhões referentes a Nível II.

Em R\$ milhões	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023	31/03/2023	31/12/2022
Capital regulamentar					
Capital Principal	166.389	159.227	155.372	150.873	147.781
Nível I	185.141	177.795	173.670	169.787	166.868
Patrimônio de Referência (PR)	206.862	197.653	192.828	188.752	185.415
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA)					
RWA total	1.215.019	1.214.849	1.274.840	1.260.433	1.238.582
Capital regulamentar como proporção do RWA					
Índice de Capital Principal (ICP)	13,7%	13,1%	12,2%	12,0%	11,9%
Índice de Nível 1 (%)	15,2%	14,6%	13,6%	13,5%	13,5%
Índice de Basileia	17,0%	16,3%	15,1%	15,0%	15,0%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPCContracíclico (%) ⁽¹⁾	-	-	-	-	-
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
ACP total (%) ⁽²⁾	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%
Margem excedente de Capital Principal (%)	5,5%	4,7%	3,6%	3,5%	3,4%
Razão de Alavancagem (RA)					
Exposição total	2.488.099	2.467.645	2.382.727	2.351.498	2.322.443
RA (%)	7,4%	7,2%	7,3%	7,2%	7,2%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)					
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	371.763	368.698	355.222	331.477	325.269
Total de saídas líquidas de caixa	193.779	196.347	197.692	204.549	197.797
LCR (%)	191,8%	187,8%	179,7%	162,1%	164,4%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)					
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.246.214	1.223.999	1.216.666	1.203.787	1.151.750
Recursos estáveis requeridos (RSF)	982.376	961.883	951.168	933.834	922.395
NSFR (%)	126,9%	127,3%	127,9%	128,9%	124,9%

1) ACPCContracíclico é fixado pelo Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) e atualmente está definido em zero (Comunicado BACEN nº 40.936/23). Na hipótese de elevação do requerimento, o novo percentual vigorará a partir de doze meses após a divulgação.

2) As normas do BACEN estabelecem um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas ACPConservação, ACPCContracíclico e ACPSistêmico, conforme definido na Resolução CMN 4.958.

O Índice de Basileia atingiu 17,0% em 31 de dezembro de 2023, aumento de 0.7 p.p. em relação a 30 de setembro de 2023, devido ao resultado do período.

Em novembro/23, o Itaú Unibanco Holding emitiu R\$700 Milhões em Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas que possuem opção de recompra a partir de 2028. As dívidas ficam autorizadas a compor o Capital Complementar do Patrimônio de Referência da Companhia, com impacto estimado de 0.06 p.p. no seu índice de Nível 1.

Em dezembro/23, o Itaú Unibanco Holding emitiu R\$1,5 bilhões em Letras Financeiras Subordinadas Nível 2 que possuem vencimento em janeiro/2034. As letras financeiras contribuíram para o Capital de Nível 2, com impacto estimado em 0.12 p.p.

Além disso, o Itaú Unibanco possui folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido no montante de R\$ 109.660 milhões, equivalente a 9.0 p.p. acima do mínimo regulatório (8%) e superior à exigência de ACP de 3,5% (R\$ 42.526 milhões). Considerando o ACP, a folga seria de 5.5 p.p.

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR ajustado com o ativo permanente ajustado. O Itaú Unibanco está enquadrado no limite máximo de 50% do PR ajustado, fixado pelo BACEN. Em 31 de dezembro de 2023, o índice de imobilização atingiu 21,5%, apresentando uma folga de R\$ 58.879 milhões.

OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição

Escopo e Principais Características do Gerenciamento de Riscos

Assumir e gerenciar riscos é uma das atividades do Itaú Unibanco e, para isso, a instituição deve ter bem estabelecidos os objetivos para a gestão de riscos. Nesse contexto, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição e a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Itaú Unibanco investe em processos robustos de gerenciamento de riscos que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios e para maximizar a criação de valor para o acionista.

Estes processos estão alinhados às diretrizes do CA e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do Itaú Unibanco por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Os princípios que fornecem os fundamentos do gerenciamento de riscos, do apetite de riscos e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do Itaú Unibanco no dia a dia para a tomada de decisão são:

- **Sustentabilidade e satisfação dos clientes:** a visão do Itaú Unibanco é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso, preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O Itaú Unibanco preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição;
- **Cultura de Risco:** a cultura de risco da instituição vai além de políticas, procedimentos e processos, fortalecendo a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores para gerenciar e mitigar os riscos de maneira consciente, respeitando de maneira ética a forma de fazer negócios. A Cultura de Risco está descrita no item “Cultura de Risco”;
- **Apreçamento do risco:** o Itaú Unibanco atua e assume riscos em negócios que conhece e entende, e evita os que não conhece ou para os quais não possui vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno;
- **Diversificação:** a instituição tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diversificação dos riscos, além de priorizar negócios de menor risco;
- **Excelência operacional:** o Itaú Unibanco quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável, de forma a oferecer um serviço de alta qualidade;

- Ética e respeito à regulação: para o Itaú Unibanco ética é inegociável, por isso, a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

Desde agosto de 2017, entrou em vigor a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital. Destacam-se na resolução a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, os requerimentos para definição da Declaração de Apetite por Riscos (RAS, do inglês “*Risk Appetite Statement*”) e do programa de teste de estresse, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

Governança de Riscos e Capital

O CA é o órgão principal responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) é responsável por apoiar o CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados, presididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do Itaú Unibanco, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC.

Adicionalmente, o Itaú Unibanco possui órgãos colegiados, que exercem responsabilidades delegadas na gestão de riscos e capital, sob responsabilidade do CRO (*Chief Risk Officer*).

Para dar suporte a essa estrutura, a Área de Riscos possui diretorias especializadas que têm o objetivo de assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco está em conformidade com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado, incluindo governança de identificação de riscos emergentes, que são aqueles com impacto a médio e longo prazo potencialmente material sobre os negócios.

As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no Itaú Unibanco estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa, a saber:

- na primeira linha de defesa, as áreas de negócio e áreas corporativas de suporte realizam a gestão dos riscos por elas originados através da identificação, avaliação, controle e reporte dos mesmos;
- na segunda linha de defesa, uma unidade independente realiza o controle dos riscos de forma centralizada visando a assegurar que os riscos do Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos. Assim, o controle centralizado provê ao CA e aos executivos uma visão global das exposições do Itaú Unibanco de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas;
- na terceira linha de defesa, a auditoria interna promove a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas automatizados e robustos para completo atendimento aos regulamentos de capital, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordena as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

Cultura de Riscos

Visando fortalecer os valores e alinhar o comportamento dos colaboradores do Itaú Unibanco com as diretrizes estabelecidas para gestão de risco, a instituição adota diversas iniciativas para disseminar e fortalecer uma cultura que valorize e incentive a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de risco.

Além das políticas, procedimentos e processos de gestão de risco, a instituição tem como elemento central de sua Cultura Corporativa a mensagem “Ética é Inegociável”. Direcionadores de comportamento, também dispostos nessa cultura, reforçam e fortalecem o comportamento na gestão de riscos no Conglomerado, enfatizando o comportamento que irá ajudar as pessoas em qualquer nível da instituição a assumir e gerenciar os riscos conscientemente. Com esses princípios disseminados, há um incentivo para que o risco seja entendido e discutido abertamente, mantendo-se dentro dos níveis determinados pelo apetite de risco, e para que cada colaborador, independentemente de sua posição, área ou função, também assuma a responsabilidade pela gestão dos riscos do seu negócio.

O Itaú Unibanco também disponibiliza canais para comunicar falhas operacionais, fraude interna ou externa, conflitos no ambiente de trabalho ou casos que possam prejudicar os clientes ou ocasionar transtornos e/ou prejuízo para a instituição. Todos os colaboradores e terceiros têm a responsabilidade de comunicar os problemas imediatamente, assim que tomarem conhecimento da situação.

Apetite de Risco

O Itaú Unibanco possui uma política de apetite de risco, estabelecida e aprovada pelo CA, que direciona a sua estratégia de negócios. O apetite de risco da instituição é fundamentado na seguinte declaração do CA:

“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”

A partir da declaração, foram definidas seis dimensões, cada uma delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições:

- Dimensão de capitalização: estabelece que o Itaú Unibanco deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada através do acompanhamento dos índices de capital do Itaú Unibanco, em situação normal e em estresse e dos ratings de emissão de dívidas da instituição;
- Dimensão de liquidez: estabelece que a liquidez da instituição deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada através do acompanhamento dos indicadores de liquidez;
- Dimensão de composição dos resultados: define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o Itaú Unibanco terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Esta dimensão compreende aspectos de negócios e rentabilidade, risco de mercado e IRRBB, subscrição e risco de crédito, incluindo dimensões sociais, ambientais e climáticas. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios;

- Dimensão de risco operacional: foca no controle dos eventos de risco operacional que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação, realizado através do monitoramento dos principais eventos de risco operacional e das perdas incorridas;
- Dimensão de reputação: aborda riscos que possam impactar o valor da marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito através da observância da conduta da instituição.
- Dimensão de clientes: aborda riscos que possam comprometer a satisfação e experiência do cliente, sendo monitorada por meio do acompanhamento da satisfação dos clientes, impactos diretos em clientes e indicadores de *suitability*.

O CA é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) e do *Chief Risk Officer* (CRO).

As métricas são monitoradas frequentemente e devem respeitar os limites definidos. O monitoramento é reportado às comissões de riscos e ao CA e orienta a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados, liquidez e capital do Itaú Unibanco. A instituição realiza este teste com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

A estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. A elaboração dos cenários de estresse considera a análise qualitativa da conjuntura brasileira e mundial, elementos históricos e hipotéticos, riscos de curto e de longo prazo entre outros aspectos, conforme definido na Resolução CMN 4.557.

Neste processo, são avaliados os principais riscos potenciais para a economia com base no julgamento da equipe de economistas do banco, referendados pelo Economista Chefe do Itaú Unibanco e com aprovação em Conselho de Administração. As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros, taxas de câmbio e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Em seguida, os cenários de estresse adotados são utilizados para sensibilizar o resultado e o balanço orçados. Além da metodologia de análise de cenários, também são empregadas análises de sensibilidade e Teste de Estresse Reverso.

O Itaú Unibanco utiliza as simulações para a gestão de riscos de seu portfólio, considerando Brasil (segregado em atacado e varejo) e Unidades Externas, dos quais decorrem os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez em cada cenário.

O teste de estresse é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações severamente adversas, a instituição teria níveis adequados de capital e liquidez, não impactando a sustentabilidade de suas atividades.

As informações geradas permitem a identificação de potenciais ofensores aos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, os processos orçamentários e de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumos para métricas de apetite de risco da instituição.

Plano de Recuperação

Em resposta às últimas crises internacionais, o Banco Central publicou a Resolução nº 4.502, que requer o desenvolvimento de um Plano de Recuperação pelas instituições financeiras enquadradas no Segmento 1, cuja

exposição total em relação ao PIB seja superior a 10%. Este plano tem como objetivo restabelecer níveis adequados de capital e liquidez, acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática. Desta maneira, cada instituição conseguiria preservar sua viabilidade financeira, ao mesmo tempo em que mitiga o impacto no Sistema Financeiro Nacional.

O Itaú Unibanco possui um Plano de Recuperação que contempla todo o Conglomerado, incluindo as subsidiárias no exterior, e contém a descrição dos itens abaixo:

I – Funções críticas prestadas pelo Itaú Unibanco ao mercado, atividades que, se interrompidas bruscamente, poderiam impactar o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e o funcionamento da economia real;

II – Serviços essenciais da instituição: atividades, operações ou serviços cuja descontinuidade poderia comprometer a viabilidade do banco;

III – Programa de monitoramento mensal, estabelecendo níveis críticos para um conjunto de indicadores, com vistas ao acompanhamento dos riscos e eventual gatilho para execução do Plano de Recuperação;

IV – Cenários de estresse, contemplando eventos que possam ameaçar a continuidade dos negócios e a viabilidade da instituição, incluindo testes reversos, que procuram identificar cenários remotos de risco, contribuindo para aumento da sensibilidade na gestão;

V – Estratégias de recuperação em resposta a diferentes cenários de estresse, incluindo os principais riscos e barreiras, além dos mitigadores destes últimos e os procedimentos para a operacionalização de cada estratégia;

VI – Plano de comunicação com partes interessadas, buscando tempestividade na execução do Plano, com o mercado, reguladores e demais públicos de interesse;

VII – Mecanismos de governança necessários à coordenação e execução do Plano de Recuperação, como por exemplo, a definição do diretor responsável pelo exercício no Itaú Unibanco.

Este plano é revisado anualmente e é submetido à aprovação do Conselho de Administração.

Com essa prática, o Itaú Unibanco consegue demonstrar continuamente que, mesmo em cenários severos, com probabilidade de ocorrência remota, possui estratégias capazes de gerar recursos suficientes para assegurar a manutenção sustentável de atividades críticas e serviços essenciais, sem prejuízos aos clientes, ao sistema financeiro e aos demais participantes dos mercados em que atua.

O Itaú Unibanco assegura a manutenção do exercício de forma a garantir que as estratégias permaneçam atualizadas e viáveis frente às mudanças organizacionais, concorrenciais ou sistêmicas.

Avaliação da Adequação de Capital

Para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, o Itaú Unibanco adota o fluxo apresentado a seguir:

- identificação dos riscos materiais e avaliação da necessidade de capital adicional;
- elaboração do plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse;
- avaliação interna da adequação de capital;
- estruturação dos planos de contingência de capital e de recuperação;
- elaboração de relatórios gerenciais e regulatórios.

Adotando uma postura prospectiva no gerenciamento do seu capital, o Itaú Unibanco implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e seu ICAAP, atendendo, dessa forma, à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 4.557, à Circular BACEN 3.846 e à Carta-Circular BACEN 3.907.

O resultado do último ICAAP, que engloba os testes de estresse – realizado para data-base dezembro de 2022 – apontou que o Itaú Unibanco dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

Suficiência de Capital

O Itaú Unibanco, por meio do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório de risco de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos. Visando a garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de Patrimônio de Referência foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos.

OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.958 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

- RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada.
- RWA_{CIRB} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo sistemas internos de classificação de risco de crédito (abordagens IRB - *Internal Ratings-Based*), autorizados pelo Banco Central do Brasil.
- RWA_{MPAD} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagem padronizada.
- RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagens do modelo interno, autorizadas pelo Banco Central do Brasil.
- RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

Em R\$ milhões	RWA		Requerimento mínimo de PR
	31/12/2023	30/09/2023	31/12/2023
Risco de crédito em sentido estrito	976.915	968.602	78.153
Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	924.518	913.042	73.961
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	52.397	55.560	4.192
Risco de crédito de contraparte (CCR)	30.804	33.541	2.465
Do qual: apurado mediante uso da abordagem SA-CCR	22.259	25.073	1.781
Do qual: apurado mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
Do qual: outros	8.545	8.468	684
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	5.871	6.076	470
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	1.543	2.234	123
Exposições de securitização contabilizadas na carteira bancária	4.141	3.712	331
Risco de mercado	43.179	46.589	3.454
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA_{MPAD})	52.299	56.438	4.184
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA_{MINT})	18.871	22.405	1.509
Risco operacional	103.094	103.094	8.248
Risco de Pagamentos (RWA_{SP})	NA	NA	NA
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	49.472	51.001	3.958
Total	1.215.019	1.214.849	97.202

Aumento de R\$ 170 milhões devido ao crescimento da carteira atenuado pela variação cambial do período.

Comparação entre informações contábeis e prudenciais

LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial

A principal diferença entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial é a não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, diferença que também gera impacto nas eliminações das transações com Partes Relacionadas.

Dentro do escopo de tratamento prudencial, os procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes prudenciais decorrentes do apreçamento de instrumentos financeiros, assim como a descrição dos sistemas e controles utilizados para assegurar a confiabilidade deste apreçamento são descritos a seguir.

A metodologia de apreçamento dos instrumentos financeiros sujeitos na Resolução nº 4.277, de 31 de outubro de 2013, conduzida por área independente às áreas de negócios, considera além dos benchmarks de mercado, os riscos elencados de custo de liquidação das posições, concentração de mercado, pagamento antecipado, risco de modelo, custo efetivo de aplicação de recursos, spread de crédito e demais.

A mensuração do valor justo no Banco Itaú Unibanco segue os princípios contidos nos principais órgãos normatizadores, tais como CVM e BACEN. A instituição tem as melhores práticas em termos de políticas, procedimentos e metodologias de apreçamento e está comprometida em garantir o apreçamento de instrumentos financeiros em seu balanço com os preços referenciados e divulgados pelo mercado, e na impossibilidade disso, despender seus melhores esforços para estimar o que seria o preço justo pelo qual os ativos financeiros seriam efetivamente transacionados, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e, em condições específicas, estes instrumentos podem ser avaliados a modelo. Em todas as situações acima a organização tem um controle dos seus métodos de apreçamento e gestão de risco de modelo.

O processo de verificação independente de preços (IPV) segue as diretrizes contidas na Resolução nº 4.277, com verificação diária dos preços e insumos de mercado executada por equipe independente da equipe de apreçamento. Esse processo também está sujeito as práticas de avaliação independente por parte das equipes de controles internos, auditoria interna e auditoria externa.

A instituição tem um modelo híbrido de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais com duas componentes. A primeira componente é um modelo de avaliação tempestiva avaliando novos produtos, operações e fatores de risco negociados e que verifica o enquadramento e exigibilidade com quaisquer componentes dos ajustes prudenciais existentes. A segunda é uma avaliação periódica que tem como objetivo analisar os ajustes prudenciais existentes em relação a adequada precificação. O processo e a metodologia são avaliados periodicamente e independentemente por controles internos e auditoria interna.

Na linha de outras diferenças da tabela LI2 são reportadas as operações sujeitas a risco de crédito e risco de crédito de contraparte que não são contabilizadas no balanço patrimonial nem em suas contas de compensação.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco

Em R\$ milhões, ao final do período

31/12/2023

	Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria						
	Valores reportados nas demonstrações financeiras	Valores considerados na regulamentação prudencial	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado	Itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR
Ativo							
Circulante e Realizável a Longo Prazo	2.656.713	2.354.037	1.862.408	418.047	18.575	409.273	55.007
Disponibilidades	32.001	31.954	31.954	-	-	6.290	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	286.980	283.430	50.990	232.440	-	10.179	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	984.279	703.023	626.844	55.974	18.575	158.605	1.630
Relações Interfinanceiras	229.052	229.047	215.576	-	-	-	13.471
Relações Interdependências	55	55	55	-	-	-	-
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	855.343	846.954	814.142	-	-	96.369	32.812
Outros Créditos	263.428	254.505	117.778	129.633	-	137.830	7.094
Ativos Fiscais Diferidos	63.509	61.688	54.659	-	-	-	7.029
Diversos	199.919	192.817	63.119	129.633	-	137.830	65
Outros Valores e Bens	5.575	5.069	5.069	-	-	-	-
Permanente	39.809	62.910	44.928	-	-	-	17.982
Investimentos	13.180	36.759	36.021	-	-	-	738
Imobilizado de Uso	9.023	8.533	8.533	-	-	-	-
Imobilizado de Arrendamento	-	312	312	-	-	-	-
Ágio e Intangível	17.606	17.306	62	-	-	-	17.244
Total do Ativo	2.696.522	2.416.947	1.907.336	418.047	18.575	409.273	72.989
Passivo							
Circulante e Exigível a Longo Prazo	2.507.587	2.227.011	-	365.331	-	277.922	1.861.680
Depósitos	951.352	963.713	-	-	-	55.392	963.713
Captações no Mercado Aberto	389.311	389.426	-	345.631	-	12	43.795
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	301.635	301.635	-	-	-	36.504	301.635
Relações Interfinanceiras	86.553	86.554	-	-	-	-	86.554
Relações Interdependências	9.551	9.554	-	-	-	371	9.554
Obrigações por Empréstimos e Repasses	99.788	99.788	-	-	-	9.411	99.788
Instrumentos Financeiros Derivativos	53.495	53.492	-	19.700	-	9.522	33.792
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	274.994	-	-	-	-	-	-
Provisões	17.110	16.891	-	-	-	-	16.891
Provisões para Garantias Financeiras Prestadas e Compromissos de Empréstimos	3.361	3.361	-	-	-	-	3.361
Outras Obrigações	320.437	302.597	-	-	-	166.710	302.597
Obrigações Fiscais Diferidas	6.267	5.778	-	-	-	-	5.778
Diversas	314.170	296.819	-	-	-	166.710	296.819
Total do Passivo	2.507.587	2.227.011	-	365.331	-	277.922	1.861.680

LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições

Em R\$ milhões

31/12/2023

	Valores				
	Total	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado
Total de ativos considerados na regulamentação prudencial	2.343.958	1.907.336	418.047	18.575	409.273
Total de passivos considerados na regulamentação prudencial	365.331	-	365.331	-	277.922
Valor líquido considerado na regulamentação prudencial	1.978.627	1.907.336	52.716	18.575	131.351
Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	204.541	147.066	57.475	-	-
Diferenças no apreamento de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-
Outras diferenças	108.045	(9.919)	117.964	-	-
Exposições consideradas para fins prudenciais	2.291.213	2.044.483	228.155	18.575	131.351

PV1: Ajustes prudenciais (PVA)

Em R\$ milhões

31/12/2023

	Ações	Taxa de juros	Câmbio	Crédito	Mercadorias	Total	Do qual: na carteira de negociação	Do qual: na carteira bancária
Incerteza sobre o custo de liquidação das posições, dos quais:	-	-	-	26	-	26	-	26
Custo de liquidação das posições	-	-	-	25	-	25	-	25
Concentração de mercado	-	-	-	1	-	1	-	1
Risco de pagamento antecipado	-	30	-	31	-	61	1	60
Risco de modelo	16	12	-	102	-	130	18	112
Risco operacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos efetivos de aplicação e captação de recursos	-	-	-	-	-	-	-	-
Spread de risco de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos administrativos futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	16	42	-	159	-	217	19	198

Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo, são apresentadas as listas das instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial.

Instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial ⁽²⁾	Pais de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total
A1 Hedge Orange Master Fundo de Investimento Multimercado	Brasil	100,00%
Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	Brasil	100,00%
Banco Investored Unibanco S.A.	Brasil	50,00%
Banco Itaú (Suisse) S.A.	Suíça	100,00%
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	100,00%
Banco Itaú Chile	Chile	67,42%
Banco Itaú Consignado S.A.	Brasil	100,00%
Banco Itaú International	Estados Unidos	100,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	100,00%
Banco Itaú Veículos S.A.	Brasil	100,00%
Banco ItauBank S.A.	Brasil	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Brasil	100,00%
Cloudwalk Kick Ass I Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	Brasil	94,91%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	100,00%
FIDC B2cycle NPL	Brasil	100,00%
FIDC Cloudw Akira I	Brasil	96,94%
FIDC Orange NP	Brasil	100,00%
FIDC Sumup Solo	Brasil	94,08%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	50,00%
Fundo A1 Hedge Orange Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Brasil	100,00%
Fundo De Invest Dir Creditórios Não Padron NPL II	Brasil	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IA	Brasil	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Soul	Brasil	91,66%
Fundo em Direitos Creditórios Cielo Emissores I	Brasil	88,38%
Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário	Brasil	100,00%
Fundo Kinea Ações	Brasil	99,80%
Fundo Kinea Ventures	Brasil	100,00%
HiperCard Banco Múltiplo S.A.	Brasil	100,00%
Ideal Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	50,10%
Ideal Holding Financeira S.A.	Brasil	50,10%
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Brasil	100,00%
Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú (Panamá) S.A.	Panamá	67,05%
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Administradora de Fondos de Inversión S.A	Uruguai	100,00%
Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú Bank & Trust Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú BBA Europe S.A.	Portugal	100,00%
Itaú BBA International Plc.	Reino Unido	100,00%
Itaú BBA Trading S.A.	Brasil	100,00%
Itaú BBA Trading S.A. - Sucursal Uruguay	Uruguai	100,00%
Itaú BBA USA Securities Inc.	Estados Unidos	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

2) O Banco Itaú Argentina S.A. compôs o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO até 31/07/2023.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial ⁽²⁾	País de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total
Itaú Chile New York Branch.	Estados Unidos	67,42%
Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	100,00%
Itaú Colombia S.A	Colômbia	67,05%
Itaú Comisionista de Bolsa Colombia S.A.	Colômbia	67,06%
Itaú Corredores de Bolsa Limitada	Chile	67,42%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	100,00%
Itaú EU Lux-Itaú Latin America Equity Fund	Luxemburgo	95,04%
Itaú Fiduciaria Colombia S.A. Sociedad Fiduciaria	Colômbia	67,04%
Itaú International Securities Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Invest Casa de Bolsa S.A.	Paraguai	100,00%
Itaú Kinea Private Equity Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Crédito Privado	Brasil	100,00%
Itaú OT Títulos Públicos Renda Fixa Referenciado DI Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	Brasil	0,05%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Holding S.A., Grand Cayman Branch	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco S.A., Miami Branch	Estados Unidos	100,00%
Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch	Bahamas	100,00%
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	100,00%
ITB Holding Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Kinea Ações Fundo de Investimento em Ações	Brasil	100,00%
Kinea CO-investimento Fundo de Investimento Imobiliário	Brasil	99,96%
Kinea Equity Infra I Feeder Institucional I Fip Multiestratégia	Brasil	100,00%
Kinea Equity Infra I Warehouse Feeder MM Ficfi CP	Brasil	100,00%
Kinea I Private Equity FIP Multiestratégia	Brasil	99,64%
Kinea Juros e Moeda CDI Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos Multimercado	Brasil	99,64%
Kinea Juros e Moeda Ipcá Institucional Fundo de Investimento Em Cotas de Fundo de Investimentos Multimercado	Brasil	99,64%
Kinea KP Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	Brasil	100,00%
Kinea Nepal FIF - Classe de Investimento Em Cotas Multimercado Crédito Privado Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
Kinea Nepal FIF Multimercado Crédito Privado - Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
Kinea RF CP Institucional	Brasil	100,00%
Licania Fund Limited	Cayman	100,00%
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	50,00%
Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor	Brasil	100,00%
OCA Dinero Electrónico S.A.	Uruguai	100,00%
OCA S.A.	Uruguai	100,00%
Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	Brasil	100,00%
Pont Sociedad Anónima	Paraguai	100,00%
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	Brasil	100,00%
Redecard Sociedade de Crédito Direto S.A	Brasil	100,00%
Resonet S.A.	Uruguai	56,00%
RT Itaú DJ Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	Brasil	100,00%
RT Scala Renda Fixa - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	Brasil	100,00%
Tarumã Fundo Incentivado de Investimento em Debêntures de Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado	Brasil	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

2) O Banco Itaú Argentina S.A. compôs o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO até 31/07/2023.

Instituições Integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo, são apresentadas as listas das instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário.

Instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário	Pais de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total
Albarus S.A.	Paraguai	100,00%
Ank Platform S.A.	Argentina	100,00%
Beta Correspondente e Tecnologia LTDA	Brasil	100,00%
Borsen Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
CGB II SPA	Chile	100,00%
CGB III SPA	Chile	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	100,00%
Estrel Serviços Administrativos S.A.	Brasil	100,00%
FC Recovery S.A.U.	Argentina	100,00%
FIC Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	100,00%
iCarros Ltda.	Brasil	100,00%
IGA Participações S.A.	Brasil	100,00%
Investimentos Bemge S.A.	Brasil	86,81%
Itaú Administradora General de Fondos S.A.	Chile	67,42%
Itaú Asesorías Financieras Limitada	Chile	67,42%
Itaú Asia Limited	Hong Kong	100,00%
Itaú Asset Management Administradora de Fondos Patrimoniales de Inversión S.A.	Paraguai	100,00%
Itaú Bahamas Directors Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú Bahamas Nominees Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú BBA Assessoria Financeira S.A.	Brasil	100,00%
Itaú BBA International (Cayman) Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Chile Inversiones, Servicios y Administracion S.A.	Chile	100,00%
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Corredor de Seguros Colombia S.A.	Colômbia	67,41%
Itaú Corredores de Seguros S.A.	Chile	67,42%
Itaú Corretora de Seguros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Holding Colombia S.A.S.	Colômbia	67,42%
Itaú Institucional Renda Fixa Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
Itaú International Holding Limited	Reino Unido	100,00%
Itaú Rent Administração e Participações Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Seguros Paraguay S.A.	Paraguai	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Asset Management Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Comercializadora de Energia Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú USA Asset Management Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	100,00%
Itauseg Participações S.A.	Brasil	100,00%
Itauseg Saúde S.A.	Brasil	100,00%
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	Brasil	100,00%
Itub S.A.	Uruguai	100,00%
IU Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	100,00%
IUPP S.A.	Brasil	100,00%
Karen International Limited	Bahamas	100,00%
Kinea Investimentos Ltda.	Brasil	80,00%
Maxipago Serviços de Internet Ltda.	Brasil	100,00%
Mundostar S.A.	Uruguai	100,00%
PR Curitiba Mariano Torres Ltda.	Brasil	100,00%
Proserv - Promociones y Servicios, S.A. de C.V.	México	100,00%
Provar Negócios de Varejo Ltda.	Brasil	100,00%
Recaudaciones y Cobranzas Limitada	Chile	67,42%
Recovery do Brasil Consultoria S.A.	Brasil	100,00%
RJ Niteroi Icarai Ltda.	Brasil	100,00%
RT Alm 5 Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil	100,00%
RT Alm Soberano 2 Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário	País de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total
RT Defiant Multimercado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
RT Endeavour Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
RT Multigestor 4 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Brasil	100,00%
RT Nation Renda Fixa - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
RT Valiant Renda Fixa - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
SAGA II SPA	Chile	100,00%
SAGA III SPA	Chile	100,00%
SP Alameda Franca LTDA ⁽²⁾	Brasil	100,00%
SP Amadeu Amaral Ltda.	Brasil	100,00%
SP Antonia Queiroz Ltda	Brasil	100,00%
SP Augusta Ltda	Brasil	100,00%
SP Av Juscelino Kubitschek Ltda	Brasil	100,00%
SP Av Morumbi Ltda	Brasil	100,00%
SP Av. Jabaquara Ltda.	Brasil	100,00%
SP Av. Rangel Pestana Ltda.	Brasil	100,00%
SP Bairro Moema Ltda.	Brasil	100,00%
SP Bairro Sumarezinho Ltda	Brasil	100,00%
SP Bairro Vila Guilherme Ltda.	Brasil	100,00%
SP Brooklin Rua Santo Amaro Ltda	Brasil	100,00%
SP Butanta Ltda	Brasil	100,00%
SP CEAGESP Ltda	Brasil	100,00%
SP Clelia Ltda	Brasil	100,00%
SP Eusebio Matoso Ltda	Brasil	100,00%
SP Itaberaba Ltda	Brasil	100,00%
SP Maracatins Ltda	Brasil	100,00%
SP Nova JK Ltda	Brasil	100,00%
SP Padre João Manuel Ltda.	Brasil	100,00%
SP Pássaros e Flores Ltda.	Brasil	100,00%
SP Rua Da Consolacao Ltda	Brasil	100,00%
SP Rua Das Palmeiras Ltda.	Brasil	100,00%
SP Santos Embare Ltda.	Brasil	100,00%
SP Santos Jose Menino Ltda.	Brasil	100,00%
SP Senador Queiros Ltda.	Brasil	100,00%
SP Serra De Bragança Ltda	Brasil	100,00%
SP Vila Clementino Ltda.	Brasil	100,00%
SP Vila Olimpia Araguari Ltda.	Brasil	100,00%
SPE IRA 01 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 02 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 03 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 04 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 05 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 06 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 07 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 08 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 09 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 10 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 11 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 12 LTDA	Brasil	100,00%
Unión Capital AFAP S.A.	Uruguai	100,00%
Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A.	Brasil	72,51%
ZUP Innovation Corp.	Estados Unidos	72,51%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

2) Nova denominação social da SP Brooklin ST Amaro LTDA.

As tabelas de instituições apresentadas acima representam o escopo total de empresas do Conglomerado do Itaú Unibanco.

Instituições não consolidadas

A seguir, estão as instituições coligadas e as controladas em conjunto não consolidadas no Balanço Societário e Prudencial:

Instituições não consolidadas	País de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total ⁽²⁾
Avenue Holding Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	35,00%
BANFUR International S.A.	Panamá	30,00%
Biomás Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Brasil	16,67%
BSF Holding S.A.	Brasil	49,00%
CIP S.A. ⁽³⁾	Brasil	22,89%
Compañía Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A.	Uruguai	31,42%
Conectar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	Brasil	50,00%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	Brasil	15,71%
Kinea Private Equity Investimentos S.A.	Brasil	79,99%
Olímpia Promoção e Serviços S.A.	Brasil	50,00%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	42,93%
Pravaler S.A.	Brasil	50,92%
PREX Holding LLC	Estados Unidos	30,00%
Rede Agro Fidelidade e Intermediação S.A. ⁽³⁾	Brasil	12,82%
Rias Redbanc S.A.	Uruguai	25,00%
Tecnologia Bancária S.A.	Brasil	28,05%
Totvs Techfin S.A.	Brasil	50,00%

- 1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.
 2) Considera apenas participação direta.
 3) Núcleo e Orbia, nomes fantasia para fins de mercado, respectivamente.

Instituições relevantes

São apresentadas a seguir as empresas consideradas relevantes não consolidadas no Balanço Prudencial, com informações de ativo total, patrimônio líquido, país e segmento de atuação:

Em R\$ milhões	Instituições	País	Segmento	31/12/2023		30/09/2023	
				Ativo Total	Patrimônio Líquido	Ativo Total	Patrimônio Líquido
	Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	4.071	602	4.206	746
	Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	Brasil	Holdings de instituições financeiras	1.217	1.121	1.206	1.097
	Itaú Corretora de Seguros S.A.	Brasil	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	1.952	616	1.730	600
	Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	8.841	2.551	8.869	2.834
	Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	271.998	4.651	259.237	4.356
	Itauseg Participações S.A.	Brasil	Holdings de instituições não financeiras	12.293	12.176	11.293	11.207
	ITB Holding Brasil Participações Ltda.	Brasil	Holdings de instituições financeiras	46.583	45.506	32.650	31.625
	Provar Negócios de Varejo Ltda.	Brasil	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	2.243	2.164	2.202	2.127

Composição do Capital

CCA: Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)

Os instrumentos autorizados a compor Capital Complementar ou o Nível II podem ser extintos segundo critérios estabelecidos na Resolução nº 4.955, tais como o descumprimento dos índices mínimos regulatórios, decretação de regime de administração especial temporária ou intervenção, aporte de recurso público ou determinação do Banco Central do Brasil. Caso algum critério para extinção dos instrumentos subordinados seja acionado, a área responsável pela gestão de Capital do Itaú Unibanco acionará as áreas envolvidas para o cumprimento do seguinte plano de ação:

- Tesouraria e produtos, através do agente de pagamento dos instrumentos subordinados ou diretamente através da depositária central, farão a notificação aos seus detentores para que cessem as negociações de tais instrumentos;
- As áreas operacionais e contábeis realizarão os procedimentos necessários no processo para o tratamento adequado da extinção; e
- A área de Relações com Investidores comunicará ao mercado a extinção dos instrumentos subordinados.

A tabela CCA - Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR), está disponível em www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Resultados e Relatórios”, “Documentos Regulatórios”, “Pilar 3”.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)

		31/12/2023	
		Referência no balanço do conglomerado	
		Valor (R\$ mil)	
Capital Principal: instrumentos e reservas			
1	Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	90.729.000	(k)
2	Reservas de lucros	94.968.719	(l)
3	Outras receitas e outras reservas	(4.716.581)	(m)
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	5.408.511	(j)
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	186.389.649	
Capital Principal: ajustes prudenciais			
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	216.913	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	2.547.994	(e)
9	Ativos intangíveis	15.436.249	(h) / (i)
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	1.599.529	(b)
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	(65.960)	
12	Déficit de provisões em relação às perdas esperadas	248.234	
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	6.196	(d)
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	11.345	(n)
17	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	-	
18	Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-	
19	Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
21	Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
22	Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	-	
23	do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	
26	Ajustes regulatórios nacionais	-	
26.a	Ativos permanentes diferidos	-	(g)
26.b	Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	
26.e	Excedente do valor ajustado de Capital Principal	-	
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	(i)
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	
26.i	Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	-	
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-	
27	Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	-	
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	20.000.500	
29	Capital Principal	166.389.149	
Capital Complementar: instrumentos			
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	18.027.955	
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	18.027.955	
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	724.086	
35	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	18.752.041	

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Capital Complementar: deduções regulatórias

37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	-	
39	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
40	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
41	Ajustes regulatórios nacionais	-	
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-	
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-	
42	Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	-	
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-	
44	Capital Complementar	18.752.041	
45	Nível I	185.141.190	
Nível II: instrumentos			
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	21.208.297	
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	512.372	
49	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
51	Nível II antes das deduções regulatórias	21.720.669	
Nível II: deduções regulatórias			
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	-	
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
56	Ajustes regulatórios nacionais	-	
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-	
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-	
58	Nível II	21.720.669	
59	Patrimônio de Referência	206.861.859	
60	Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	1.215.019.193	
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal			
61	Índice de Capital Principal (ICP)	13,7%	
62	Índice de Nível I (IN1)	15,2%	
63	Índice de Basileia (IB)	17,0%	
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	3,5%	
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACPConservação	2,5%	
66	do qual: adicional contracíclico - ACPContracíclico	-	
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,0%	
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	5,5%	

Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco

72	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	6.957.647	
73	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	14.254.925	(f) / (a)
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	5.534.009	(c)

Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)

82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	-	
84	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84	-	

CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

Em R\$ milhões, ao final do período

31/12/2023

	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço do conglomerado ⁽²⁾
Balanco Patrimonial Consolidado⁽¹⁾			
Ativo			
Circulante e Realizável a Longo Prazo	2.656.713	2.354.037	
Disponibilidades	32.001	31.954	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	286.980	283.430	
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	984.279	703.023	
Relações Interfinanceiras	229.052	229.047	
Relações Interdependências	55	55	
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	855.343	846.954	
Outros Créditos	263.428	254.505	
Ativos Fiscais Diferidos	63.509	61.688	(b) / (c)
Diversos	199.919	192.817	(b) / (d)
Outros Valores e Bens	5.575	5.069	
Permanente	39.809	62.910	
Investimentos	13.180	36.759	(a) / (e) / (f)
Imobilizado de Uso	9.023	8.533	
Imobilizado de Arrendamento	-	312	
Ágio e Intangível	17.606	17.306	(e) / (h) / (i)
Total do Ativo	2.696.522	2.416.947	
Passivo			
Circulante e Exigível a Longo Prazo	2.507.587	2.227.011	
Depósitos	951.352	963.713	
Captações no Mercado Aberto	389.311	389.426	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	301.635	301.635	
Relações Interfinanceiras	86.553	86.554	
Relações Interdependências	9.551	9.554	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	99.788	99.788	
Instrumentos Financeiros Derivativos	53.495	53.492	
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	274.994	-	
Provisões	17.110	16.891	
Provisões para Garantias Financeiras Prestadas e Compromissos de Empréstimos	3.361	3.361	
Outras Obrigações	320.437	302.597	
Obrigações Fiscais Diferidas	6.267	5.778	(b) / (c)
Diversas	314.170	296.819	(d)
Participações de Não Controladores	8.147	8.966	(j)
Patrimônio Líquido	180.788	180.970	
Capital Social	90.729	90.729	(k)
Outras Receitas e Outras Reservas	(5.135)	(4.717)	(m)
Reservas de Lucros	95.205	94.969	(l)
(Ações em Tesouraria)	(11)	(11)	(n)
Total do Passivo	2.696.522	2.416.947	

1) Diferenças se devem, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, além das eliminações das transações com Partes Relacionadas.

2) Informações do prudencial que são apresentadas na tabela CC1 deste relatório.

Indicadores Macroprudenciais**CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP^{Contracíclico}**

A tabela a seguir detalha a distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP^{contracíclico}, de acordo com a Circular 3.769 de 29 de Outubro de 2015:

Em R\$ milhões		Valores de exposição e de RWACPrNB considerados no cálculo do ACP ^{Contracíclico}			31/12/2023
Jurisdição	ACCPi	Montante da exposição ao risco de crédito ao setor privado não bancário	RWACPrNB	Adicional contracíclico aplicável à instituição	Valor do ACP ^{Contracíclico} ⁽³⁾
Brasil	-	1.733.760	709.682		-
Reino Unido	2,00%	2.740	794		-
Luxemburgo	0,50%	3.022	1.529		-
Suécia	2,00%	507	502		-
Noruega	2,50%	199	74		-
Hong Kong	1,00%	5	5		-
França	0,50%	1.364	806		-
Holanda	1,00%	239	189		-
Uruguai	0,25%	31.304	19.077		-
Alemanha	0,75%	349	331		-
Subtotal ⁽¹⁾		1.773.489	732.989		
Total ⁽²⁾		2.053.970	914.471	0	

1) Soma das parcelas RWACPrNBi relativas às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário do Brasil e das jurisdições com percentual do adicional contracíclico com valores maiores que zero.

2) Total do RWA para as exposições ao risco de crédito privado não bancário para todas as jurisdições em que o banco apresenta exposição, incluindo jurisdições sem percentual de contracíclico aplicado ou com percentual de contracíclico igual a zero.

3) Apuração conforme Circular 3.769 utilizando a faculdade de exclusão de jurisdição.

GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs)

A tabela GSIB1, Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs), fica disponível em www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Resultados e Relatórios”, “Documentos Regulatórios”, “Pilar 3”, conforme prazo definido na Resolução BCB 54/20.

Razão de Alavancagem

A razão de alavancagem é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748, cujo requerimento mínimo é 3%. O objetivo da razão é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco ou mitigações.

As informações apresentadas a seguir seguem a metodologia estabelecida pela Circular BACEN 3.748.

LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)

Em R\$ milhões	31/12/2023	30/09/2023
Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	2.696.522	2.678.896
Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	(279.575)	(267.291)
Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas.	2.416.947	2.411.605
Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos	53.818	58.420
Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos	12.629	11.031
Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial	185.557	176.297
Outros ajustes	(180.852)	(189.708)
Exposição Total	2.488.099	2.467.645

LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem

Em R\$ milhões	31/12/2023	30/09/2023
Itens contabilizados no balanço patrimonial		
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	1.980.818	1.929.194
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(25.550)	(24.857)
Total das exposições contabilizadas no balanço patrimonial	1.955.268	1.904.337
Operações com instrumentos financeiros derivativos		
Valor de reposição em operações com derivativos	37.495	38.770
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	37.983	39.547
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
Ajuste relativo à dedução da exposição relativa a contraparte central qualificada (QCCP) nas operações de derivativos em nome de clientes nas quais não há obrigatoriedade contratual de reembolso em decorrência de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pela liquidação e compensação das transações	(18.844)	(7.689)
Valor de referência dos derivativos de crédito	39.002	37.355
Ajuste no valor de referência dos derivativos de crédito	(14.013)	(12.232)
Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	81.623	95.751
Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM)		
Aplicações em operações compromissadas e em empréstimo de TVM	232.440	261.946
Ajuste relativo a recompras a liquidar e a TVM cedidos por empréstimo	-	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte (CCR)	12.629	11.032
Valor relativo ao CCR em operações de intermediação	20.582	18.283
Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de TVM	265.651	291.261
Itens não contabilizados no balanço patrimonial		
Valor de referência das operações não contabilizadas no balanço patrimonial	534.899	533.799
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no balanço patrimonial	(349.342)	(357.503)
Total das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	185.557	176.296
Capital e Exposição Total		
Nível I	185.141	177.795
Exposição Total	2.488.099	2.467.645
Razão de Alavancagem (RA)		
Razão de Alavancagem (%)	7,4%	7,2%

Indicadores de Liquidez

LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

Estrutura e Tratamento

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Seguindo a estratégia de captação de recursos, o Itaú Unibanco possui disponibilidade de fontes de *funding* diversificadas e estáveis monitoradas através de indicadores de concentração e de prazos, visando mitigar os riscos de liquidez, em linha com o apetite de risco da instituição.

A governança do gerenciamento de risco de liquidez está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao CA ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco. Tais órgãos estabelecem os apetites de risco da instituição, definem as alçadas relacionadas ao controle de liquidez e acompanham os indicadores de liquidez.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio, responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo e monitorar indicadores de liquidez de curto prazo (LCR) e de longo prazo (NSFR). Adicionalmente, propõe limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o Itaú Unibanco opera, e informa eventuais desenquadramentos às alçadas competentes. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

Além disso, em observância às exigências da Resolução 4.557, da Circular BACEN 3.749 e da Circular 3.869, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL - LCR) e o Demonstrativo de Liquidez de Longo Prazo (DLP - NSFR). Por fim, periodicamente, são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Estresse de indicadores de liquidez baseados em cenários macroeconômicos, simulação de estresse reverso com base no apetite de risco, e projeção dos principais indicadores de liquidez para suporte às decisões;
- Planos de contingência e de recuperação para situações de crise, com ações que preveem uma gradação por nível de criticidade determinada pela facilidade de implantação, levando-se em consideração as características do mercado local de atuação, buscando uma rápida recomposição dos indicadores de liquidez;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Indicadores de concentração de provedores de *funding* e prazo.

O documento “Relatório de Acesso Público - Risco de Liquidez”, que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, pode ser visualizado no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Regulamentos e Políticas”, “Relatórios”.

LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)

	31/12/2023 ⁽¹⁾		30/09/2023 ⁽¹⁾	
	Valores não ponderados (R\$ mil) ⁽²⁾	Valores ponderados (R\$ mil) ⁽³⁾	Valores não ponderados (R\$ mil) ⁽²⁾	Valores ponderados (R\$ mil) ⁽³⁾
Ativos de Alta Liquidez (HQLA)				
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		371.762.697		368.698.164
Saídas de caixa ⁽⁴⁾				
Captações de varejo, das quais:	583.867.974	60.172.849	572.675.394	58.742.034
Captações estáveis	262.141.604	13.107.080	260.199.194	13.009.960
Captações menos estáveis	321.726.368	47.065.769	312.476.200	45.732.074
Captações de atacado não colateralizadas, das quais:	333.543.967	146.705.751	332.964.501	147.545.068
Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	8.034.433	2.122.611	8.477.632	2.239.733
Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes)	324.711.699	143.785.306	323.461.244	144.279.710
Obrigações não colateralizadas	797.834	797.834	1.025.625	1.025.625
Captações de atacado colateralizadas		24.864.288		19.902.872
Requerimentos adicionais, dos quais:	190.794.880	24.652.877	186.326.221	24.069.667
Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	25.899.200	12.579.548	26.503.047	12.467.915
Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	844.565	844.565	706.856	706.856
Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	164.051.115	11.228.764	159.116.319	10.894.896
Outras obrigações contratuais	106.040.244	106.040.244	97.836.838	97.836.838
Outras obrigações contingentes	261.345.700	22.523.237	260.116.819	23.809.915
Total de saídas de caixa		384.959.246		371.906.395
Entradas de caixa ⁽⁴⁾				
Empréstimos colateralizados	228.202.927	1.136.362	201.171.460	765.204
Operações em aberto, integralmente adimplentes	51.107.858	32.965.711	49.678.473	32.290.778
Outras entradas de caixa	175.319.599	157.078.612	160.878.013	142.503.814
Total de entradas de caixa	454.630.383	191.180.687	411.727.945	175.559.798
		Valor Total Ajustado ⁽⁵⁾		Valor Total Ajustado ⁽⁵⁾
Total HQLA		371.762.697		368.698.164
Total de saídas líquidas de caixa		193.778.559		196.346.598
LCR (%)		191,8%		187,8%

1) Corresponde à média diária de 61 observações no 4T23 e 64 observações no 3T23

2) Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.

3) Corresponde ao valor da aplicação dos fatores de ponderação.

4) Corresponde as saídas e entradas potenciais de caixa.

5) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.749.

O Itaú Unibanco possui Ativos de Alta Liquidez (HQLA) que totalizaram R\$ 371,8 bilhões na média do trimestre, compostos principalmente por Títulos Soberanos, Reservas em Banco Centrais e Dinheiro em espécie. Já as Saídas Líquidas de Caixa totalizaram R\$ 193,8 bilhões na média do trimestre, compostas principalmente por Captações de Varejo, Atacado, Requerimentos Adicionais, Obrigações Contratuais e Contingentes, compensadas por Entradas de Caixa por Empréstimos e Outras Entradas de caixa previstas.

A tabela demonstra que o LCR na média do trimestre é de 191,8% acima do limite de 100% e portanto a instituição possui confortavelmente recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar as perdas no cenário de estresse padronizado para o LCR.

LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)

31/12/2023	Valor por prazo efetivo de vencimento residual, antes da ponderação (R\$ mil)				Valor após a ponderação (R\$ mil) ⁽²⁾
	Sem Vencimento ⁽¹⁾	Menor do que seis meses ⁽¹⁾	Maior ou igual a seis meses e menor do que um ano ⁽¹⁾	Maior ou igual a um ano ⁽¹⁾	
Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) ⁽³⁾					
Capital	-	-	-	227.604.786	227.604.786
<i>Patrimônio de Referência (PR), bruto de deduções regulatórias</i>	-	-	-	188.368.444	188.368.444
<i>Outros instrumentos não incluídos na linha 2</i>	-	-	-	39.236.342	39.236.342
Captações de varejo, das quais:	193.389.711	425.439.073	1.740.296	1.598.229	573.766.718
Captações estáveis	109.100.389	164.007.517	18.426	17.534	259.487.550
Captações menos estáveis	84.289.321	261.431.556	1.721.870	1.580.695	314.279.168
Captações de atacado, das quais:	48.217.906	790.687.436	86.109.364	136.733.850	374.049.608
Depósitos operacionais e depósitos de cooperativas filiadas	7.228.077	-	-	-	3.614.038
<i>Outras captações de atacado</i>	40.989.829	790.687.436	86.109.364	136.733.850	370.435.570
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes.	-	143.899.421	9.378.031	712.431	-
Outros passivos, dos quais:	90.263.115	148.310.662	5.701.920	67.942.001	70.792.962
Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero	-	19.680.243	-	-	-
<i>Demais elementos de passivo ou patrimônio líquido não incluídos nas linhas anteriores</i>	90.263.115	128.630.420	5.701.920	67.942.001	70.792.962
Total de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)					1.246.214.073
Recursos Estáveis Requeridos (RSF) ⁽³⁾					
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)					29.002.884
Depósitos operacionais mantidos em outras instituições financeiras	-	-	-	-	-
Títulos, valores mobiliários e operações com instituições financeiras, não-financeiras e bancos centrais, dos quais:	670.928	514.311.006	133.921.805	572.108.862	691.523.926
<i>Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 1</i>	-	34.253.687	-	80.472	3.505.841
<i>Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 2A, de Nível 2B ou sem colateral</i>	515.580	22.131.095	11.489.510	22.104.545	31.253.538
<i>Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais, dos quais:</i>	155.348	413.572.614	89.535.408	244.586.587	364.677.408
<i>Operações com Fator de Ponderação de Risco (FPR) menor ou igual a 35%, nos termos da Circular nº 3.644, de 2013</i>	-	-	-	4.626.715	3.007.365
<i>Financiamentos imobiliários residenciais, dos quais:</i>	-	10.964.337	9.917.844	138.014.447	121.170.244
<i>Operações que atendem ao disposto na Circular nº 3.644, de 2013, art. 22</i>	-	-	-	93.216.864	79.978.789
<i>Títulos e valores mobiliários não elegíveis a HQLA, incluindo ações negociadas em bolsa de valores</i>	-	33.389.273	22.979.044	167.322.812	170.916.896
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes	-	146.315.604	12.595.368	877.020	-
Outros ativos, dos quais:	98.999.255	195.122.214	14.175.093	121.256.512	249.222.796
<i>Operações com ouro e com mercadorias (commodities), incluindo aquelas com previsão de liquidação física</i>	-	-	-	-	-
<i>Ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com derivativos e participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação que se interponham como contraparte central</i>	-	-	-	21.370.076	18.164.564
<i>Derivativos cujo valor de reposição seja maior ou igual a zero</i>	-	18.118.435	-	7.985.962	3.078.194
<i>Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero, bruto da dedução de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação</i>	-	-	-	1.002.659	1.002.659
<i>Demais ativos não incluídos nas linhas anteriores</i>	98.999.255	177.003.780	14.175.093	90.897.816	226.977.378
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	613.293.239	9.302.622	-	-	12.626.351
Total de Recursos Estáveis Requeridos (RSF)					982.375.957
NSFR (%)					126,9%

1) Corresponde ao saldo total referente ao item de recursos estáveis disponíveis (ASF) ou recursos estáveis requeridos (RSF).

2) Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

3) Corresponde aos recursos estáveis disponíveis (ASF) ou recursos estáveis requeridos (RSF).

Em R\$ mil	Valor Total Ponderado ⁽¹⁾	
	31/12/2023	30/09/2023
Total dos Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)	1.246.214.073	1.223.998.641
Total dos Recursos Estáveis Requeridos (RSF)	982.375.957	961.883.446
NSFR (%)	126,9%	127,3%

1) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.869.

O Itaú Unibanco possui Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) que totalizaram R\$ 1.246,2 bi no 4º trimestre, compostos principalmente por Capital, Captações do Varejo e do Atacado. Já os Recursos Estáveis Requeridos (RSF) totalizaram R\$ 982,4 bi no 4º trimestre, compostos principalmente pelos Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais.

A tabela demonstra que o NSFR no fechamento do trimestre é de 126,9%, acima do limite de 100%, e, portanto, a instituição possui confortavelmente recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar os recursos estáveis requeridos no longo prazo, de acordo com a métrica.

Risco de Crédito

CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

O Itaú Unibanco entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera. A governança do gerenciamento de risco de crédito está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao CA ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco. Tais órgãos avaliam as condições competitivas de mercado, definindo os limites de crédito da instituição, revendo práticas de controle e políticas e aprovando ações nas respectivas alçadas. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação das políticas e outras informações complementares referentes ao gerenciamento do risco de crédito.

O Itaú Unibanco gerencia o risco de crédito a que está exposto durante todo o ciclo de crédito, desde antes da concessão, passando pelo monitoramento e chegando à atividade de cobrança e recuperação, com monitoramento periódico de ativos problemáticos, os quais são definidos como:

- Operações em atraso maior que 90 dias;
- Operações Reestruturadas;
- Contrapartes que apresentem incapacidade de pagamento, seja por medidas judiciais, recuperação judicial, falência, prejuízo, entre outros;
- Deterioração significativa da qualidade creditícia, podendo ser identificada por piora nas métricas de rating interno, fianças honradas, entre outros.

Adicionalmente, caso seja identificado que um CNPJ possa contaminar os demais da contraparte, os mesmos poderão ser marcados como Ativos Problemáticos.

O monitoramento contém informações de exposições significativas, incluindo histórico e perspectivas de recuperação, além de informações de reestruturação. Essas análises são geradas mensalmente para os executivos e trimestralmente ao Conselho de Administração através do Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC).

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico. Tal estrutura é submetida a processos de auditorias interna e externa. É feito um monitoramento contínuo da carteira de crédito e das políticas e estratégias adotadas de forma a garantir a conformidade das operações com as normas e a legislação em vigor em cada país. As unidades de negócio possuem como principais atribuições (i) monitoramento das carteiras sob suas responsabilidades, (ii) concessão de crédito, levando em consideração as alçadas vigentes, as condições de mercado, as perspectivas macroeconômicas, e as mudanças em mercados e produtos, e (iii) gestão do risco de crédito adotando ações que propiciem a sustentabilidade de seus negócios.

O Itaú Unibanco estabelece sua política de crédito baseando-se em critérios internos como classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros, considerando também fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, público considerado como varejo, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o Itaú Unibanco já tem uma relação).

Para público de atacado e agro, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas. O monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras do Itaú Unibanco, avaliando os setores de atividade econômica e os maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O Itaú Unibanco também controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Para medir o risco de crédito, o Itaú Unibanco leva em consideração a probabilidade de inadimplência do tomador, emissor ou contraparte, o valor estimado da exposição em caso de inadimplência, a perda dada a inadimplência e a concentração em tomadores. A quantificação desses componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, da gestão da carteira e da definição de limites.

Os modelos usados pelo Itaú Unibanco passam por um processo de validação independente que visa a garantir a integridade e a consistência das bases de dados utilizadas na construção dos modelos e a adequação metodológica de estimação dos parâmetros.

O Itaú Unibanco também dispõe de estrutura específica e de processos que visam a garantir que outras vertentes do risco de crédito, como o risco país, sejam geridos e controlados, descrito no item “Outros Riscos”.

Atendendo a Resolução CMN 4.557, o documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Crédito”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Regulamentos e Políticas”.

CR1: Qualidade creditícia das exposições

Em R\$ milhões	Valor bruto:					Valor líquido (a+b-c)	31/12/2023
	Exposições caracterizadas como ativos problemáticos (a)	Exposições não caracterizadas como ativos problemáticos (b)	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (c)	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (d). Dos quais: RWA _{CPAD}	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (d). Dos quais: RWA _{CRB}		
Concessão de crédito	76.300	956.438	158.070	157.668	391	874.668	
Títulos de dívida	5.678	653.219	4.737	-	-	654.159	
dos quais: títulos soberanos nacionais	-	374.379	(1.200)	-	-	375.578	
dos quais: outros títulos	5.678	278.840	5.937	-	-	278.581	
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	533.444	937	935	2	532.508	
Total	81.978	2.143.101	163.744	158.603	393	2.061.335	

CR2: Mudanças no estoque de Ativos Problemáticos

Em R\$ milhões	Total
Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior (30/09/2023)	85.199
Valor das operações que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	9.571
Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos problemáticos no período corrente.	(466)
Valor da baixa contábil por prejuízo	(14.867)
Outros ajustes	2.541
Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente (31/12/2023)	81.978

CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

As tabelas abaixo contêm informações adicionais a respeito da qualidade creditícia das exposições reportadas na tabela CR1. Nelas são informadas as aberturas por região geográfica no Brasil, por país e por setor econômico do total das exposições e do total das operações em curso anormal. Além disso, são informados o total das exposições por prazo remanescente de vencimento e segmentadas por faixa de atraso, a segregação do total das exposições reestruturadas e o percentual das dez e das cem maiores exposições.

Exposições por setor econômico

Total das Exposições			Total das operações caracterizadas como ativos problemáticos			
Em R\$ milhões	31/12/2023		Em R\$ milhões	31/12/2023		
	Carteira			Carteira		
	Total da Exposição (Valor Líquido)	Total da Exposição (Valor Bruto)		Ativos Problemáticos	Provisão Regulamentar	Baixas Contábeis por Prejuízo
Pessoa Jurídica	1.285.339	1.323.610	Pessoa Jurídica	26.977	6.089	2.511
Setor Público	465.876	467.147	Setor Público	-	-	-
ENERGIA	2.713	2.714	ENERGIA	-	-	-
PETROQUÍMICA E QUÍMICA	4.073	4.075	PETROQUÍMICA E QUÍMICA	-	-	-
DIVERSOS	459.090	460.358	DIVERSOS	-	-	-
Setor Privado	819.463	856.463	Setor Privado	26.977	6.089	2.511
AÇÚCAR E ALCOOL	13.431	13.573	AÇÚCAR E ALCOOL	261	30	-
AGRO E FERTILIZANTES	35.965	36.885	AGRO E FERTILIZANTES	521	208	49
ALIMENTOS E BEBIDAS	32.723	34.150	ALIMENTOS E BEBIDAS	996	401	154
BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.	64.093	64.645	BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.	106	71	12
BENS DE CAPITAL	14.375	14.756	BENS DE CAPITAL	306	109	31
CELULOSE E PAPEL	6.805	6.890	CELULOSE E PAPEL	63	25	9
ELETROELETRÔNICOS & TI	18.082	18.593	ELETROELETRÔNICOS & TI	783	228	118
EMBALAGENS	6.385	6.324	EMBALAGENS	266	(68)	12
ENERGIA & SANEAMENTO	58.802	58.815	ENERGIA & SANEAMENTO	186	52	2
ENSINO	7.926	8.317	ENSINO	297	83	30
FARMACÊUTICOS & COSMÉTICOS	24.493	25.373	FARMACÊUTICOS & COSMÉTICOS	632	242	128
IMOBILIÁRIO	65.717	68.097	IMOBILIÁRIO	990	560	121
LAZER & TURISMO	15.792	17.336	LAZER & TURISMO	1.230	410	216
MADEIRA & MÓVEIS	9.523	10.354	MADEIRA & MÓVEIS	642	320	86
MAT CONSTRUÇÃO	13.432	13.709	MAT CONSTRUÇÃO	435	160	83
METALURGIA/SIDERURGIA	17.949	18.610	METALURGIA/SIDERURGIA	474	154	54
MÍDIA	1.688	1.727	MÍDIA	28	8	3
MINERAÇÃO	10.003	10.261	MINERAÇÃO	99	57	6
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	20.379	18.270	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	1.942	(268)	22
PETRÓLEO & GÁS	20.422	20.898	PETRÓLEO & GÁS	316	126	47
PETROQUÍMICA & QUÍMICA	17.597	18.041	PETROQUÍMICA & QUÍMICA	253	98	31
SAÚDE	13.904	14.572	SAÚDE	270	88	33
SEGUROS & RESSEGUROS & PREVIDÊNCIA	385	397	SEGUROS & RESSEGUROS & PREVIDÊNCIA	-	-	-
TELECOMUNICAÇÕES	16.577	17.156	TELECOMUNICAÇÕES	77	22	9
VESTUÁRIO & CALÇADOS	9.630	10.164	VESTUÁRIO & CALÇADOS	468	197	61
TRADINGS	3.880	4.118	TRADINGS	152	68	16
TRANSPORTES	42.935	46.135	TRANSPORTES	1.012	419	87
UTILIDADES DOMÉSTICAS	5.042	5.174	UTILIDADES DOMÉSTICAS	127	60	13
VEÍCULOS/AUTO-PEÇAS	36.290	37.624	VEÍCULOS/AUTO-PEÇAS	862	314	104
TERCEIRO SETOR	3.087	3.153	TERCEIRO SETOR	5	-	1
EDITORIAL E GRÁFICO	4.666	5.043	EDITORIAL E GRÁFICO	270	87	35
COMÉRCIO - DIVERSOS	50.262	56.382	COMÉRCIO - DIVERSOS	6.409	1.836	489
INDÚSTRIA - DIVERSOS	7.916	7.964	INDÚSTRIA - DIVERSOS	164	25	35
SERVIÇOS - DIVERSOS	70.497	74.074	SERVIÇOS - DIVERSOS	2.525	944	402
DIVERSOS	78.810	88.883	DIVERSOS	3.810	(977)	12
Pessoa Física	775.996	901.469	Pessoa Física	55.001	21.777	12.356
Total Geral	2.061.335	2.225.079	Total Geral	81.978	27.866	14.867

Exposições por prazo remanescente de vencimento

Em R\$ milhões					31/12/2023	Em R\$ milhões					31/12/2023
Prazo Remanescente do Vencimento (Valor Líquido) ⁽¹⁾						Prazo Remanescente do Vencimento (Valor Bruto) ⁽¹⁾					
até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total		até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total	
432.829	146.889	645.420	402.560	1.627.698		470.291	150.276	716.598	452.334	1.789.499	

1) Os valores de Créditos a Liberar não estão sendo considerados nesta abertura.

Exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso

Em R\$ milhões	31/12/2023	
	Carteira Bruta	
	Total da Exposição em atraso ⁽¹⁾	
menor que 30 dias	9.138	
entre 31 e 90 dias	18.035	
entre 91 e 180 dias	15.382	
entre 181 e 365 dias	19.552	
maior que 365 dias	5.291	
Total	67.398	

1) Conforme Resolução 54, a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1.

Exposições por região geográfica no Brasil e por país

Em R\$ milhões	Total das Exposições		Em R\$ milhões	Total das operações caracterizadas como Ativos Problemáticos		
	31/12/2023			31/12/2023		
	Carteira			Carteira		
	Total da Exposição (Valor Líquido)	Total da Exposição (Valor Bruta)	Ativos Problemáticos	Provisão Regulamentar	Baixas Contábeis por Prejuízo	
Sudeste	949.355	1.044.479	Sudeste	53.363	15.306	8.424
Sul	147.567	166.246	Sul	8.541	3.197	1.612
Norte	26.593	33.655	Norte	2.529	1.031	522
Nordeste	118.274	140.419	Nordeste	9.866	4.757	2.587
Centro-Oeste	67.367	78.253	Centro-Oeste	5.032	1.972	1.088
Território nacional ⁽¹⁾	374.387	371.380	Território nacional ⁽¹⁾	-	-	-
Brasil	1.683.543	1.834.432	Brasil	79.331	26.263	14.234
Argentina	363	212	Argentina	-	-	-
Chile	188.396	192.570	Chile	1.846	973	384
Colômbia	36.261	43.894	Colômbia	488	368	181
Estados Unidos	22.398	22.502	Estados Unidos	-	-	-
Paraguai	25.718	25.793	Paraguai	134	110	22
Reino Unido	22.104	22.403	Reino Unido	-	-	-
Suíça	3.492	3.492	Suíça	-	-	-
Uruguai	35.316	35.700	Uruguai	179	152	46
Outros	43.744	44.081	Outros	-	-	-
Exterior	377.792	390.647	Exterior	2.647	1.603	633
Total Geral	2.061.335	2.225.079	Total Geral	81.978	27.866	14.867

1) Considera somente os títulos públicos brasileiros.

Maiores exposições

Em R\$ milhões	31/12/2023	
Operações de Crédito, Títulos de dívida e Operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial (CR1) ⁽¹⁾	Exposição	% da Carteira
10 Maiores Devedores	432.338	21,0%
100 Maiores Devedores	611.157	30,0%

1) Conforme Resolução 54 a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1, na qual o valor da exposição considera os títulos de dívida de soberanos.

Exposições reestruturadas

Em R\$ milhões	31/12/2023	
	Ativos Problemáticos	Demais
Exposições reestruturadas ⁽¹⁾	29.256	67

1) A Resolução BCB nº 4.557 em seu artigo 24 parágrafo 1º, inciso III, define que toda operação reestruturada será caracterizada como um ativo problemático.

CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito

O Itaú Unibanco utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser financeiras, derivativo de crédito, fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação. Para que essas garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

As informações relativas à eventual concentração associada à mitigação do risco de crédito consideram esses diferentes instrumentos mitigadores, segregando por tipo e por provedor. Por motivos de confidencialidade, a instituição determina a não divulgação de informações além da classificação do tipo do garantidor, porém assegurando-se a aderência aos requerimentos gerais.

- **Garantias Fidejussórias e derivativos de crédito:** um terceiro assume a responsabilidade pelo cumprimento da obrigação contraída pelo devedor, que recai no patrimônio geral desse terceiro. Avais, fianças e CDS são exemplos dessas garantias.

As garantias fidejussórias são segregadas nos seguintes provedores: Pessoas Jurídicas; Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD); Instituições Financeiras, Soberanos, Tesouro Nacional ou Banco Central.

O Itaú Unibanco utiliza ainda derivativos de crédito para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros. Também são segregados em: Pessoas Jurídicas; Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD); Instituições financeiras e Soberanos.

- **Garantias Reais e Financeiras:** o próprio tomador ou um terceiro destaca um ou mais ativos financeiro e/ou um ou mais bens e/ou um ou mais recebíveis, de forma que, garanta o ressarcimento do credor em caso de inadimplência. Essas garantias são segregadas por tipo: colaterais financeiros, contratos bilaterais e bens.

- **Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações e estruturas jurídicas com poder de mitigação:** o acordo de compensação tem por objetivo reduzir o risco de exposição de crédito de uma parte perante a outra, resultante de operações celebradas entre elas, de forma que, em caso de vencimento, após a compensação, seja identificado o valor líquido devido pela parte devedora à parte credora. É comum ser utilizado em operações de derivativos, mas também pode abranger outros tipos de operações financeiras.

Nas estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação, a mitigação se dá em função de metodologias estabelecidas e aprovadas pelas unidades de negócio responsáveis pela gestão do risco de crédito e pela área centralizada de controle de risco de crédito.

Tais metodologias consideram fatores relativos à exequibilidade jurídica das garantias, os custos necessários para tal e o valor esperado na execução, levando em consideração a volatilidade e a liquidez do mercado.

Para controle dos instrumentos mitigadores, existe monitoramento periódico que acompanha o nível de cumprimento do uso de cada instrumento quando comparado às políticas internas de mensuração, incluindo até

planos de ação de correção quando existe desenquadramento, sendo analisados concentração, tipos, provedores e formalização. Os parâmetros utilizados são: HE (Haircut de execução) que avalia a probabilidade de sucesso na execução da garantia; HV (Haircut de Volatilidade) representa a liquidez da garantia que está sendo ofertada, e LMM (Limite de Mitigação Máxima) que é o teto de mitigação para garantias reais.

CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito⁽¹⁾

Em R\$ milhões		31/12/2023			
	Exposições não mitigadas	Exposições mitigadas	Das quais: Parcela coberta por colaterais financeiros	Das quais: Parcela coberta por garantias	Das quais: Parcela coberta por derivativos de crédito
Concessão de crédito	784.884	88.062	9.060	79.002	-
Títulos de dívida	562.343	92	74	19	-
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	133.375	2.059	1.462	597	-
Demais operações	436.892	5.630	5.630	-	-
Total	1.917.494	95.843	16.226	79.618	-
dos quais: ativos problemáticos	19.630	85	85	-	-

1) Os instrumentos mitigadores contemplados nesta tabela são aqueles previstos na Circular BACEN 3.809.

Aumento em títulos de dívida concentrado principalmente na linha de Governos centrais e respectivos bancos centrais.

CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Em R\$ milhões

31/12/2023

Categorias	Exposições pré FCC e mitigação		Exposições pós FCC e mitigação		RWA e densidade de RWA	
	Operações contabilizadas no balanço (a)	Operações não contabilizadas no balanço (b)	Operações contabilizadas no balanço (c)	Operações não contabilizadas no balanço (d)	RWA (e)	Densidade de RWA [e/(c+d)]
Governos centrais e respectivos bancos centrais	675.040	387	675.040	387	14.028	2%
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	5.821	324	5.821	147	2.651	44%
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	289	-	289	-	-	-
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	152.199	10.007	152.199	6.228	60.047	38%
Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	-
Pessoas jurídicas não financeiras	396.215	143.325	396.215	85.572	386.903	80%
Dos quais: Financiamentos especializados	-	306	-	306	291	95%
Dos quais: outros	396.215	143.019	396.215	85.266	386.612	80%
Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	40.907	-	40.907	-	42.086	103%
Exposições de varejo	316.207	357.198	316.207	36.417	233.063	66%
Exposições garantidas por imóveis	184.526	6.132	184.526	6.057	83.070	44%
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	132.582	-	132.582	-	38.163	29%
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	35.354	781	35.354	779	30.397	84%
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	7.112	257	7.112	184	6.549	90%
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	2.447	-	2.447	-	1.881	77%
Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários	7.031	5.095	7.031	5.095	6.080	50%
Ativos Problemáticos	19.088	2.019	19.088	627	15.521	79%
Outros ativos	87.612	-	87.612	-	87.149	99%
Total	1.877.903	519.391	1.877.903	135.434	924.518	46%

Itaú Unibanco

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)

Em R\$ milhões		Fator de ponderação de risco (FPR)						31/12/2023	
Categoria	0%	20%	50%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)		
Governos centrais e respectivos bancos centrais	645.602	8.328	18.270	3.227	-	-	675.427		

Categoria	20%	50%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	270	-	736	-	4.961	5.967	

Categoria	0%	20%	30%	50%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	289	-	-	-	-	-	-	289	

Categoria	20%	30%	40%	50%	75%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	29.132	9.336	99.407	13.195	2.063	671	1.918	2.704	158.427	

Categoria	10%	15%	20%	25%	35%	50%	100%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Em R\$ milhões											Fator de ponderação de risco (FPR)										31/12/2023
Categoria	20%	50%	65%	75%	80%	85%	100%	130%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)										
Pessoas jurídicas não financeiras	-	24.819	174.163	-	211	64.000	207.533	94	-	10.966	481.787										
das quais: financiamentos especializados	-	-	-	-	211	-	-	94	-	-	306										
das quais: outros	-	24.819	174.163	-	-	64.000	207.533	-	-	10.966	481.481										

Categoria	100%	150%	250%	400%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	38.550	2.357	-	-	-	40.907	

Categoria	45%	75%	100%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Exposições de varejo	61.084	240.967	166	50.407	352.624	

Em R\$ milhões																				Fator de ponderação de risco (FPR)										31/12/2023
Categorias	0%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%	60%	65%	70%	75%	85%	90%	100%	105%	110%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)										
Exposições garantidas por imóveis	114	37.267	20.090	62.696	4.793	16.807	7.310	13.282	977	353	4.796	414	1.386	480	4.579	14	180	15.046	-	190.583										
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	10	37.267	20.090	54.209	-	16.807	-	1.191	-	-	3.009	-	-	-	-	-	-	-	-	132.582										
Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo.	10	37.267	20.090	54.209	-	16.807	-	1.191	-	-	3.009	-	-	-	-	-	-	-	-	132.582										
Das quais: outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	-	-	-	8.487	4.793	-	7.310	-	418	-	-	65	-	-	-	14	-	15.046	-	36.133										
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	104	-	-	-	-	-	-	-	559	353	-	350	1.386	-	4.544	-	-	-	-	7.296										
Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo.	104	-	-	-	-	-	-	-	559	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	663										
Das quais: outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	353	-	350	1.386	-	4.544	-	-	-	-	6.632										
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.787	-	-	480	-	-	180	-	-	2.447										
Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	12.091	-	-	-	-	-	-	34	-	-	-	-	12.126										

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Em R\$ milhões

Fator de ponderação de risco (FPR)

Categorias	Fator de ponderação de risco (FPR)				Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
	50%	100%	150%	Outros	
Ativos Problemáticos	12.621	2.605	4.404	85	19.715

Categorias	Fator de ponderação de risco (FPR)					Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
	0%	20%	100%	1250%	Outros	
Outros Ativos	-	-	86.901	-	-	87.612

Exposições e FCC aplicados às exposições não contabilizadas no balanço patrimonial

Em R\$ milhões				31/12/2023
Fator de ponderação de risco (FPR)	Exposições contabilizadas no balanço patrimonial	Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (antes do FCC)	FCC médio (ponderado pelo FPR) ⁽¹⁾	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Menor que 40%	832.884	4.777	61%	835.813
40 - 70%	435.499	226.431	27%	498.501
75%	223.016	193.616	10%	243.445
80 - 85%	59.119	30.700	21%	65.597
90 - 100%	304.140	61.816	66%	345.448
105 - 130%	695	174	64%	807
150%	22.550	1.878	62%	23.726
250%	-	-	-	-
400%	-	-	-	-
1250%	-	-	-	-
Exposição Total	1.877.903	519.391	26%	2.013.337

1) Os ponderadores são as exposições não contabilizadas no balanço patrimonial, antes da aplicação dos respectivos FCC.

O aumento da exposição total das tabelas CR4 e CR5 ocorreu, principalmente na linha de governos centrais e respectivos bancos centrais e em Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

CRE: IRB - Informações qualitativas sobre abordagens IRB

Para o cálculo de capital regulatório de risco de crédito podem ser utilizadas duas abordagens, a padronizada e a IRB (*Internal Ratings Based*). O Itaú-Unibanco foi aprovado para utilizar a abordagem IRB pelo Banco Central para a unidade de negócio de crédito rural (Agro). A abordagem IRB permite a utilização de modelos internos para o cálculo do capital regulatório de risco de crédito, para tanto são utilizadas as estimativas internas de *Probability of Default* (PD), *Loss Given Default* (LGD) e *Exposure at Default* (EAD).

A PD de um cliente está associada diretamente a sua classificação interna de risco de crédito, sendo que tal classificação é atribuída a partir de modelos internos utilizados no processo de concessão de crédito. Para realização dessa classificação, utilizam-se os aspectos financeiros e qualitativos individuais dos clientes. Visto que a PD é a probabilidade de um credor entrar em descumprimento, ela é estimada com base nas informações do portfólio da instituição. O cálculo busca prever a possibilidade da ocorrência de descumprimento nos próximos doze meses para cada classificação de crédito, utilizando o perfil médio do portfólio nos últimos cinco anos conforme previsão normativa N° 303 do Banco Central do Brasil (BCB). De forma adicional, respeitamos o piso de 0,05% para os valores de PD, conforme estabelecido no Capítulo II do normativo.

A EAD é o valor esperado para o saldo do credor no momento do default. Este valor deriva do saldo no momento da avaliação combinado com possíveis movimentações que possam alterar o saldo devedor até o momento do default, considerando a possibilidade de consumo de crédito à liberar que o cliente tenha disponível. Para efetuar a estimação do FCC (Fator de conversão de Crédito) foram utilizados dados de conversão de crédito considerando os saldos e limites disponíveis dos credores 12 meses antes do momento de default para produtos rotativos. A instituição financeira armazena dados para um período de sete anos, cumprindo a exigência mínima prevista pelo Artigo 102 da Resolução 303.

A LGD é a estimação do percentual do EAD que a instituição deixará de recuperar no caso de descumprimento. Tal estimação é realizada com base nos eventos de descumprimento ocorridos e o comportamento posterior das recuperações líquidas a valores presentes¹. Utilizando como ponto de partida o período mínimo exigido pelo Artigo 102 do normativo da Resolução 303, armazenam-se dados de recuperação em período de *workout* suficiente para capturar pelo menos 90% do fluxo de recuperação observado e dos clientes após o momento do descumprimento. No processo de atribuição do parâmetro de LGD para cada um dos clientes dentro da instituição são levados em

consideração possíveis fatores que mitiguem as potenciais perdas futuras a fim de obter um valor justo desse parâmetro, essas mitigações estão em cumprimento com o estabelecido pelo Artigo 83 da Resolução 303.

Em adição aos modelos de parâmetros, a carteira do agro tem um conjunto de modelos que são utilizados para ordenação e classificação do risco das diferentes contrapartes (modelos de Risk Rating e Behavior Score), baseados no porte da contraparte, no nicho de atuação e na estratégia comercial do segmento.

Os modelos utilizados no processo de concessão são desenvolvidos pela área de modelagem em parceria com a área de análise de crédito, com base nas informações das demonstrações financeiras dos clientes, no seu histórico de comportamento com a instituição e no mercado, na avaliação do seu processo de gestão e governança através de dados internos, de *bureaus* e informações de mercado. Esses modelos atribuem uma classificação de crédito (rating/escore) para cada um dos credores permitindo segregar clientes de baixíssimo risco daqueles de risco mais alto dentro de uma classificação interna. A partir desta classificação interna são atribuídos os parâmetros de riscos que serão utilizados no processo de mensuração e gestão do risco e consequentemente de estimação do capital segundo metodologia definida pelo Banco Central na Resolução BCB 303.

Cada um dos modelos listados acima passa por uma governança de aprovação que envolve a área desenvolvedora do modelo e a área de validação independente. A área desenvolvedora se encontra em uma estrutura segregada da área de validação de modo a garantir a independência na atuação. A deliberação sobre a aprovação ou não do modelo é feita no Comitê Técnico de Avaliação de Modelos onde são apresentadas as informações sobre o modelo como escopo, definição de uso, replicabilidade, estabilidade, aderência, discriminação e por fim, o parecer da área de validação. Após esse processo, o modelo ainda está sujeito a avaliações periódicas anuais a fim de definir se existe ou não necessidade de ajustes no mesmo. Esse monitoramento é realizado pela área de validação independente e seus resultados poderão ser encontrados na tabela CR9 deste relatório. De forma complementar, as equipes de risco operacional e auditoria interna avaliam a aderência dos modelos em relação aos aspectos normativos da própria Resolução nº 303 do BCB.

EAD (em %)	EAD coberto pelas variadas abordagens		
	Abordagem Padronizada	IRB Básica	IRB Avançada
Agro	0%	0%	100%
Atacado	0%	0%	100%
Varejo	0%	0%	100%

Carteira	Componente do modelo	Número de modelos	Descritivo
Agro	PD	1	Modelo utilizado para a mensuração da probabilidade da ocorrência de descumprimento em cada uma das classificações.
	EAD	1	Modelo utilizado para a atribuição do saldo no momento do descumprimento.
	LGD	1	Modelo que determina a parcela do EAD que não será recuperado.

Carteira	Modelo	RWACIRB (%)
Agro	PD	100%
	EAD	100%
	LGD	100%

[1] Deduzem-se das recuperações econômicas os custos necessários para reaver os valores como, por exemplo, tarifas legais e despesas de cobrança.

CR6: IRB - Exposições ao risco de crédito por carteira e intervalos de PD ⁽¹⁾⁽²⁾

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Em R\$ milhões

31/12/2023

Carteira	Intervalos de PD (em %)	Exposições registradas no ativo da instituição	Exposições não registradas no ativo da instituição (pré FCC)	Fator de Conversão em Crédito (FCC) - média	Exposição no Momento do Descumprimento (EAD) após a utilização de instrumentos mitigadores e aplicação do FCC	Probabilidade de Descumprimento (PD) - média	Número de contrapartes	Perda Dado o Descumprimento (LGD) - média	Prazo médio das exposições	RWA modelos internos	Densidade RWAcirb	Perdas Esperadas (EL)	Provisões
Atacado, excluindo recebíveis financeiros de atacado e a subcategoria "empreendimento imobiliário gerador de receita" - Abordagem IRB avançada													
	de 0,00 a <0,15	30.420	2.943	48,28%	31.841	0,09%	554	52,05%	2,6	10.521	33,04%	16	
	de 0,15 a <0,25	12.769	817	53,95%	13.210	0,23%	617	45,78%	2,2	5.756	43,56%	14	
	de 0,25 a <0,50	15.307	705	45,68%	15.629	0,39%	931	45,47%	2,1	8.576	54,87%	28	
	de 0,50 a <0,75	9.440	757	19,42%	9.587	0,73%	970	39,86%	1,9	5.615	58,56%	28	
	de 0,75 a <2,50	7.122	420	17,25%	7.194	1,36%	754	42,22%	2,0	5.882	81,75%	42	
	de 2,50 a <10,00	4.344	167	14,14%	4.368	3,11%	472	40,03%	2,0	4.366	99,94%	54	
	de 10,00 a <100,00	575	24	11,49%	578	38,74%	93	39,32%	2,1	1.015	175,67%	85	
	100,00 (Descumprimento)	499	8	10,00%	499	100,00%	94	49,04%	2,0	1.544	309,10%	245	
	Subtotal	80.476	5.842	41,61%	82.907	1,39%	4.485	46,81%	2,3	43.274	52,20%	513	290
Demais exposições de varejo, excluindo recebíveis financeiros de varejo - Abordagem IRB avançada													
	de 0,00 a <0,15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	de 0,15 a <0,25	1	-	-	1	0,23%	2	56,70%	1,0	-	25,69%	-	-
	de 0,25 a <0,50	3	-	-	3	0,40%	5	56,69%	1,0	1	35,86%	-	-
	de 0,50 a <0,75	-	-	-	-	0,73%	3	56,70%	1,0	-	50,17%	-	-
	de 0,75 a <2,50	-	-	-	-	1,36%	1	56,69%	1,0	-	65,10%	-	-
	de 2,50 a <10,00	1	-	-	1	5,35%	4	56,70%	1,0	1	83,82%	-	-
	de 10,00 a <100,00	-	-	-	-	51,41%	1	56,70%	1,0	-	145,08%	-	-
	100,00 (Descumprimento)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	5	-	-	5	2,13%	16	56,70%	1,0	2	46,84%	-	-
Carteira Agro													
	de 0,00 a <0,15	30.420	2.943	48,28%	31.841	0,09%	554	52,05%	2,6	10.521	33,04%	16	
	de 0,15 a <0,25	12.770	817	53,95%	13.211	0,23%	619	45,78%	2,2	5.756	43,56%	14	
	de 0,25 a <0,50	15.310	705	45,68%	15.632	0,39%	936	45,48%	2,1	8.577	54,86%	28	
	de 0,50 a <0,75	9.441	757	19,42%	9.588	0,73%	973	39,86%	1,9	5.615	58,56%	28	
	de 0,75 a <2,50	7.122	420	17,25%	7.194	1,36%	755	42,22%	2,0	5.882	81,75%	42	
	de 2,50 a <10,00	4.345	167	14,14%	4.369	3,11%	476	40,03%	2,0	4.366	99,94%	54	
	de 10,00 a <100,00	575	24	11,49%	578	38,74%	94	39,32%	2,1	1.015	175,66%	85	
	100,00 (Descumprimento)	499	8	10,00%	499	100,00%	94	49,04%	2,0	1.544	309,10%	245	
	Total Carteira	80.481	5.842	41,61%	82.912	1,39%	4.501	46,81%	2,3	43.276	52,19%	513	290

1) Excluídas as operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, de acordo com a Instrução Normativa BCB nº 425.

2) Considera RWA modelos internos.

CR7: IRB - Efeitos da utilização de derivativos de crédito como instrumentos mitigadores do risco de crédito ⁽¹⁾⁽²⁾

Em R\$ milhões	31/12/2023	
	RWACIRB antes da utilização de derivativo de crédito	RWACIRB após a utilização de derivativo de crédito
Instituições financeiras - Abordagem IRB básica	-	-
Atacado, excluindo recebíveis financeiros de atacado e a subcategoria "empreendimento imobiliário gerador de receita" - Abordagem IRB básica	-	-
Atacado, excluindo recebíveis financeiros de atacado e a subcategoria "empreendimento imobiliário gerador de receita" - Abordagem IRB avançada	43.274	43.274
Empreendimento imobiliário gerador de receita - Abordagem IRB básica	-	-
Empreendimento imobiliário gerador de receita - Abordagem IRB avançada	-	-
Recebíveis financeiros de atacado - Abordagem IRB básica	-	-
Recebíveis financeiros de atacado - Abordagem IRB avançada	-	-
Crédito rotativo de varejo qualificado - Abordagem IRB avançada	-	-
Residencial - Abordagem IRB avançada	-	-
Demais exposições de varejo, excluindo recebíveis financeiros de varejo - Abordagem IRB avançada	2	2
Recebíveis financeiros de varejo - Abordagem IRB avançada	-	-
Total	43.276	43.276
Do qual: unidade de negócio de crédito rural	43.276	43.276

1) Excluídas as operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, de acordo com a Instrução Normativa BCB nº 425.

2) Considera RWAmódelos internos.

CR8: Informações sobre as variações no RWA_{CIRB}(1)(2)

Em R\$ milhões	Valores de RWA
RWA no final do período anterior (30/09/2023)	43.655
Montante dos ativos	(858)
Qualidade dos ativos	613
Atualizações dos modelos	-
Metodologia e regulação	-
Aquisições e alienações	-
Flutuações de taxas de câmbio	(134)
Outros	-
RWA no final do período (31/12/2023)	43.276

1) Excluídas as operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, de acordo com a Instrução Normativa BCB nº 425.

2) Considera RWAmódelos internos.

CR9: IRB - Comparação entre perdas estimadas e observadas (backtesting) do parâmetro PD por categoria, subcategoria e portfólio

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

31/12/2023

Carteira	Intervalos de PD	Classificação externa de risco	Probabilidade de Descumprimento (PD) - média	PD por exposições - média aritmética	Número de contrapartes		Número de contrapartes em descumprimento	Das quais: Contrapartes que entraram em descumprimento no ano	Taxa anual média histórica de descumprimento
					Observadas no final do ano anterior	Observadas no final do ano			
Atacado, excluindo recebíveis financeiros de atacado e a subcategoria "empreendimento imobiliário gerador de receita" - Abordagem IRB avançada									
	de 0,00 a <0,15	-	0,09%	0,12%	536	554	-	-	0,05%
	de 0,15 a <0,25	-	0,23%	0,24%	633	617	-	-	0,17%
	de 0,25 a <0,50	-	0,39%	0,40%	625	931	-	-	0,25%
	de 0,50 a <0,75	-	0,73%	0,74%	721	970	3	-	0,25%
	de 0,75 a <2,50	-	1,36%	1,36%	495	754	4	-	1,95%
	de 2,50 a <10,00	-	3,11%	3,36%	524	472	5	-	3,14%
	de 10,00 a <100,00	-	38,74%	36,45%	70	93	15	-	23,74%
	100,00 (Descumprimento)	-	100,00%	100,00%	54	94	-	-	-
Subtotal		-	1,39%	3,73%	3.658	4.485	27	-	2,50%
Demais exposições de varejo, excluindo recebíveis financeiros de varejo - Abordagem IRB avançada									
	de 0,00 a <0,15	-	-	-	-	-	-	-	-
	de 0,15 a <0,25	-	0,23%	0,24%	-	2	-	-	-
	de 0,25 a <0,50	-	0,40%	0,40%	-	5	-	-	-
	de 0,50 a <0,75	-	0,73%	0,74%	-	3	-	-	-
	de 0,75 a <2,50	-	1,36%	1,36%	-	1	-	-	-
	de 2,50 a <10,00	-	5,35%	5,00%	-	4	-	-	-
	de 10,00 a <100,00	-	51,41%	51,42%	-	1	-	-	-
	100,00 (Descumprimento)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		-	2,13%	4,35%	-	16	-	-	-
Carteira Agro									
	de 0,00 a <0,15	-	0,09%	0,12%	536	554	-	-	0,05%
	de 0,15 a <0,25	-	0,23%	0,24%	633	619	-	-	0,17%
	de 0,25 a <0,50	-	0,39%	0,40%	625	936	-	-	0,25%
	de 0,50 a <0,75	-	0,73%	0,74%	721	973	3	-	0,25%
	de 0,75 a <2,50	-	1,36%	1,36%	495	755	4	-	1,95%
	de 2,50 a <10,00	-	3,11%	3,37%	524	476	5	-	3,14%
	de 10,00 a <100,00	-	38,74%	36,61%	70	94	15	-	23,74%
	100,00 (Descumprimento)	-	100,00%	100,00%	54	94	-	-	-
Total		-	1,39%	3,73%	3.658	4.501	27	-	2,50%

Itaú Unibanco

Risco de Crédito de Contraparte**CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)**

O risco de crédito de contraparte é a possibilidade de não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações, que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral. Abrange instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas.

O Itaú Unibanco possui regras bem definidas para o cálculo da exposição gerencial e regulatória a este risco, sendo os modelos desenvolvidos utilizados tanto para a governança de consumo de limites e gestão de sublimites das contrapartes, como para a alocação de capital, respectivamente.

A volatilidade gerencial do risco de crédito potencial (RCP) de derivativos (interpretado como o valor da exposição financeira potencial que uma operação pode alcançar até o seu vencimento) e a volatilidade de contratos de compromissadas e operações de câmbio são monitoradas periodicamente para manter a exposição em níveis considerados aceitáveis pela administração da instituição.

O risco pode ser mitigado com a utilização de chamada de margem, *initial margin* ou outro instrumento mitigador.

Atualmente, o Itaú Unibanco não tem impacto no montante de colaterais a serem empenhados no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito. A seguir são apresentadas as exposições regulatórias ao risco de crédito de contraparte.

CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada

Em R\$ milhões						31/12/2023
	Valor de reposição	Ganho potencial futuro	Multiplicador empregado no cômputo da exposição	Exposição total pós-mitigação	RWA	
Abordagem SA-CCR	13.255	9.861	1,4	32.361	21.987	
Abordagem CEM	-	-		-	-	
Abordagem Simples - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				-	-	
Abordagem Abrangente - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				614.550	6.645	
Total					28.632	

CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco

Em R\$ milhões											31/12/2023
Contraparte	Fator de ponderação de risco (FPR)									Total	
	0%	10%	20%	50%	65%	85%	100%	150%	Outros		
Governos centrais e respectivos bancos centrais	198.446	-	35	-	-	-	-	-	-	-	198.481
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	39	-	-	-	10	-	-	-	-	-	49
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	74.629	-	3.837	539	-	-	3	479	8.172	-	87.659
Pessoas jurídicas não financeiras	332.333	-	-	-	7.210	2.616	17.368	-	-	-	359.527
Outras contrapartes	476	-	-	-	-	-	657	59	3	-	1.195
Total	605.923	-	3.872	539	7.220	2.616	18.028	538	8.175	-	646.911

Nas tabelas CCR1 e CCR3 houve uma queda da exposição de operações compromissadas, concentrado em operações com Governos Centrais, compensado em parte pelo aumento em Pessoas Jurídicas não financeiras.

CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte

Em R\$ milhões	Colaterais financeiros associados a operações com derivativos				Colaterais financeiros associados a operações compromissadas e de empréstimo de ativos		31/12/2023
	Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição		Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte		Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição	Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte	
	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados			
	Depósitos – moeda nacional	-	-	-	-	355.500	227.348
Depósitos – outras moedas	-	5.403	28	5.001	2.207	4.955	
Título públicos federais	-	-	11.727	-	253.180	330.324	
Títulos emitidos por outros governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais	-	-	16.274	-	2.335	2.911	
Títulos privados	-	-	24.915	-	585	32.470	
Ações	-	-	-	-	-	1.605	
Outros colaterais	-	-	49	-	-	18	
Total	-	5.403	52.993	5.001	613.807	599.631	

Queda nos colaterais entregues e aumento nos recebidos associados a operações de derivativos e queda nos associados a operações compromissadas.

CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito

Em R\$ milhões	31/12/2023	
	Risco transferido	Risco recebido
Valor Nocional		
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de uma única entidade (Single-name CDS)	13.664	20.220
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de mais de uma entidade	363	48
Swaps de taxa de retorno total	-	18.738
Valor de nocional total	14.027	39.006
Valor justo	(32)	165
Valor justo positivo (ativo)	47	235
Valor justo negativo (passivo)	(79)	(70)

CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais

Em R\$ Milhões	31/12/2023	
	Exposição após mitigação	RWA
Exposições a QCCPs (total)		2.172
Exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, das quais:	8.515	272
(i) Derivativos de balcão	-	-
(ii) Derivativos padronizados	8.515	272
(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
(iv) Demais operações	-	-
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	-	
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	7.759	1.869
Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	115	31
Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs	-	-
Exposições a CCPs não qualificadas (total)		-
Exposições associadas a operações liquidadas em CCPs não qualificadas, das quais:	-	-
(i) Derivativos de balcão	-	-
(ii) Derivativos padronizados	-	-
(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
(iv) Demais operações	-	-
Participação em fundos de garantia mutualizados contingente e futuro passíveis de serem exigidos por QCCPs	-	
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margens de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das CCPs não qualificadas	-	-
Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-
Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs	-	-

Aumento das exposições de derivativos padronizados associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs.

Exposições de Securitização

SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização

Atualmente, o Itaú Unibanco coordena e distribui emissões de valores mobiliários securitizados no mercado de capitais com ou sem garantia firme de colocação. Em caso de exercer a garantia firme o banco assumirá o risco como investidor da operação.

O Itaú Unibanco também se coloca na posição de investidor, onde a instituição adquire as operações com classes de priorização, sênior, mezanino ou subordinada, dos veículos emissores. O processo de decisão de investimento perpassa por diversos fatores, incluindo análise de risco dos ativos subjacentes, perfil de risco dos ativos, retorno atribuído às emissões, mecanismos de subordinação, entre outros.

O Itaú Unibanco não atua como contraparte patrocinadora de nenhuma sociedade de propósito específico com o objetivo de atuar no mercado de securitização, tampouco administra entidades que adquirem títulos de securitização de sua própria emissão/originação.

Em relação à contabilização, cabe observar que (i) os ativos representativos de securitizações de terceiros são contabilizados assim como os demais ativos de titularidade do banco, conforme normas contábeis brasileiras; (ii) e os créditos de securitizações originados da carteira própria do Itaú Unibanco permanecem contabilizados nos casos de cessão de crédito com coobrigação.

No ano de 2023, o Itaú Unibanco não realizou a venda de ativos de securitização de crédito sem retenção substancial de riscos e não cedeu exposições com retenção substancial de riscos, que tenham sido honradas, recompradas ou baixadas para prejuízo.

SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária

Em R\$ milhões	31/12/2023								
	Instituição financeira - posições retidas			Instituição financeira - como patrocinadora			Instituição financeira - como investidora		
	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal
Varejo (total), das quais:	-	-	-	-	-	-	9.350	-	9.350
imobiliário residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	3.476	-	3.476
outras	-	-	-	-	-	-	5.874	-	5.874
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atacado (total), das quais:	-	-	-	-	-	-	3.505	-	3.505
demais pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	-	-	-	-	-	-	3.505	-	3.505
imobiliário comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
arrendamento mercantil e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-

SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação

Na carteira atual de securitização do Itaú Unibanco não há exposições a serem reportadas na tabela SEC2.

SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora

Na carteira atual de securitização do Itaú Unibanco não há exposições a serem reportadas na tabela SEC3.

SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora

Em R\$ milhões	31/12/2023										
	Valores das exposições (por faixa de FPR)					Valor agregado das exposições			RWA		Requerimento de capital
	≤20%	20% < FPR < 50%	50% ≤ FPR < 100%	100% ≤ FPR < 1.250%	1250%	Abordagem Padronizada	1250%	Abordagem Padronizada	1250%	Abordagem Padronizada	1250%
Exposições totais	-	11.550	781	523	-	12.854	-	4.141	-	331	-
Securitização tradicional, da qual:	-	11.550	781	523	-	12.854	-	4.141	-	331	-
Securitização:	-	11.550	781	523	-	12.854	-	4.141	-	331	-
com ativos subjacentes de varejo	-	8.215	613	522	-	9.350	-	3.249	-	260	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	3.335	168	1	-	3.504	-	892	-	71	-
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização sintética, da qual:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Risco de Mercado

MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*), conforme estabelecido pelo CMN. Os índices de preços também são tratados como um grupo de fator de risco.

A Política institucional de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução 4.557 e estabelece a estrutura de gestão e controle de risco de mercado, que tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do Itaú Unibanco;
- Promover o diálogo disciplinado e bem-informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do Itaú Unibanco, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 4.557 e Resolução BCB N° 111 e alterações posteriores. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*"); e

- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (*Gregas*): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o Itaú Unibanco realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no Itaú Unibanco.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do CA, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

O consumo dos limites de risco de mercado é monitorado e divulgado diariamente através de mapas de exposição e sensibilidade. A área de risco de mercado analisa e controla a aderência destas exposições aos limites e alertas e os reporta tempestivamente para as mesas da Tesouraria e demais estruturas previstas na governança.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambientes com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

Em R\$ milhões	31/12/2023
Fatores de risco	RWA_{MPAD}
Taxas de juros	40.651
Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA _{JUR1})	10.879
Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA _{JUR2})	17.105
Taxas dos cupons de índices de preço (RWA _{JUR3})	12.667
Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA _{JUR4})	-
Preços de ações (RWA_{ACS})	1.032
Taxas de câmbio (RWA_{CAM})	776
Preços de mercadorias (commodities) (RWA_{COM})	3.141
Total ⁽¹⁾	52.299

1) Considera a parcela de RWA_{cva} de R\$6.699, conforme descrito na Resolução BCB 4.958/21.

Na comparação com Setembro/23, a métrica do Modelo Padronizado (RWAMPAD) apresentou redução, tendo seu efeito distribuído nas exposições a cupom de inflação, câmbio e commodities.

Com relação ao Modelo Interno (RWAMINT), a métrica também apresentou redução no nível.

MRB: Informações qualitativas sobre o risco de mercado na abordagem de modelos internos

Na abordagem de modelos internos são utilizados os modelos de VaR e VaR estressado. Esses modelos são aplicados sobre as operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária. Para a Carteira de Negociação, os fatores de risco considerados são: taxas de juros, índices de inflação, taxas de câmbio, ações e commodities. Já para a Carteira Bancária, são consideradas taxas de câmbio e commodities. Os modelos de VaR e VaR estressado são utilizados nas empresas do Conglomerado Prudencial apresentadas na tabela a seguir:

Instituição	Modelo utilizado para risco de mercado
A1 Hedge Orange Master Fundo de Investimento Multimercado	VaR e VaR Estressado
Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	VaR e VaR Estressado
Banco Investcred Unibanco S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú BBA S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú Chile	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú Consignado S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú Veículos S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco ItauBank S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaucard S.A.	VaR e VaR Estressado
Cloudwalk Kick Ass I Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	VaR e VaR Estressado
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	VaR e VaR Estressado
FIDC B2cycle NPL	VaR e VaR Estressado
FIDC Cloudw Akira I	VaR e VaR Estressado
FIDC Orange NP	VaR e VaR Estressado
FIDC Sumup Solo	VaR e VaR Estressado
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	VaR e VaR Estressado
Fundo A1 Hedge Orange Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	VaR e VaR Estressado
Fundo De Invest Dir Creditórios Não Padron NPL II	VaR e VaR Estressado
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IA	VaR e VaR Estressado
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Soul	VaR e VaR Estressado
Fundo em Direitos Creditórios Cielo Emissores I	VaR e VaR Estressado
Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário	VaR e VaR Estressado
Fundo Kinea Ações	VaR e VaR Estressado
Fundo Kinea Ventures	VaR e VaR Estressado
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	VaR e VaR Estressado
Ideal Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	VaR e VaR Estressado
Ideal Holding Financeira S.A.	VaR e VaR Estressado
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	VaR e VaR Estressado
Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	VaR e VaR Estressado
Itaú Administradora de Fondos de Inversión S.A	VaR e VaR Estressado
Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd.	VaR e VaR Estressado
Itaú Bank & Trust Cayman Ltd.	VaR e VaR Estressado
Itaú Bank, Ltd.	VaR e VaR Estressado
Itaú BBA Trading S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú BBA USA Securities Inc.	VaR e VaR Estressado
Itaú Chile New York Branch.	VaR e VaR Estressado
Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	VaR e VaR Estressado
Itaú Corredores de Bolsa Limitada	VaR e VaR Estressado
Itaú Corretora de Valores S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Kinea Private Equity Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Crédito Privado	VaR e VaR Estressado
Itaú OT Títulos Públicos Renda Fixa Referenciado DI Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco Holding S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco Holding S.A., Grand Cayman Branch	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch	VaR e VaR Estressado
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.	VaR e VaR Estressado
ITB Holding Ltd.	VaR e VaR Estressado
Kinea Ações Fundo de Investimento em Ações	VaR e VaR Estressado
Kinea CO-investimento Fundo de Investimento Imobiliário	VaR e VaR Estressado
Kinea Equity Infra I Feeder Institucional I Fip Multiestratégia	VaR e VaR Estressado
Kinea Equity Infra I Warehouse Feeder MM Ficfi CP	VaR e VaR Estressado
Kinea I Private Equity FIP Multiestratégia	VaR e VaR Estressado
Kinea Juros e Moeda CDI Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos Multimercado	VaR e VaR Estressado
Kinea Juros e Moeda Ipcá Institucional Fundo de Investimento Em Cotas de Fundo de Investimentos Multimercado	VaR e VaR Estressado

Kinea KP Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	VaR e VaR Estressado
Kinea Nepal FIF - Classe de Investimento Em Cotas Multimercado Crédito Privado Responsabilidade Limitada	VaR e VaR Estressado
Kinea Nepal FIF Multimercado Crédito Privado - Responsabilidade Limitada	VaR e VaR Estressado
Kinea RF CP Institucional	VaR e VaR Estressado
Licania Fund Limited	VaR e VaR Estressado
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	VaR e VaR Estressado
Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor	VaR e VaR Estressado
Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	VaR e VaR Estressado
Pont Sociedad Anónima	VaR e VaR Estressado
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	VaR e VaR Estressado
Redecard Sociedade de Crédito Direto S.A	VaR e VaR Estressado
RT Itaú DJ Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	VaR e VaR Estressado
RT Scala Renda Fixa - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	VaR e VaR Estressado
Tarumã Fundo Incentivado de Investimento em Debêntures de Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado	VaR e VaR Estressado

O Itaú Unibanco, para fins regulatórios, utiliza a metodologia de simulação histórica para o cálculo do VaR e VaR Estressado. Essa metodologia utiliza os retornos observados no passado para calcular os ganhos e perdas de uma carteira ao longo do tempo, com um intervalo de confiança de 99% e um horizonte de manutenção (*holding period*) de no mínimo 10 dias. No dia 31/12/2023, o VaR representou 50% do requerimento de capital, enquanto o VaR Estressado representou 50%. A mesma metodologia é utilizada para fins gerenciais, ou seja, não existem diferenças entre os modelos gerenciais e regulatórios.

Em relação ao modelo de VaR, os retornos históricos são atualizados diariamente. O Itaú Unibanco utiliza no seu modelo de VaR tanto a abordagem sem ponderação, na qual os dados históricos têm o mesmo peso, quanto com ponderação pela volatilidade dos retornos. Para o cálculo de volatilidades, é utilizado o método de alisamento exponencial. A metodologia de VaR Histórico com períodos de manutenção de 10 dias assume que a distribuição esperada para as perdas e ganhos possíveis para a carteira pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado a que esta carteira está exposta. Os retornos observados no passado são aplicados às operações atuais, gerando uma distribuição de probabilidade de perdas e ganhos simulados que são utilizados para estimar o VaR Histórico, de acordo com o nível de confiança de 99% e utilizando um período histórico de 1.000 dias. As perdas e ganhos das operações lineares são calculados através da multiplicação da marcação a mercado pelos retornos, enquanto as operações não lineares são recalculadas usando os retornos históricos. Os retornos utilizados nas simulações dos movimentos dos fatores de risco são relativos.

Já em relação ao modelo de VaR Estressado, o cálculo é realizado para um horizonte temporal de 10 dias úteis, considerando-se o nível de confiança de 99% e retornos simples no período histórico de um ano. O período histórico de estresse é calculado periodicamente para o período desde 2004 e pode ser revisto sempre que se julgar necessário. Isso pode ocorrer quando a composição das carteiras do Itaú Unibanco sofrer uma alteração significativa, quando forem observadas mudanças nos resultados da simulação dos retornos históricos ou quando acontecer uma nova crise de mercado. As perdas e ganhos das operações lineares são calculados através da multiplicação da marcação a mercado pelos retornos, enquanto as operações não lineares são recalculadas usando os retornos históricos.

Além do uso do VaR, o Itaú Unibanco realiza diariamente análises de risco em cenários extremos por meio de um arcabouço diversificado de testes de estresse, a fim de capturar as potenciais perdas significativas em situações extremas de mercado. Os cenários são baseados em crises históricas, prospectivas e em choques pré-determinados nos fatores de risco. Um fator que tem grande influência sobre o resultado dos testes, por exemplo, é a correlação entre os ativos e respectivos fatores de risco, e este efeito é simulado de várias maneiras nos diversos cenários testados.

A fim de identificar seus maiores riscos e auxiliar na tomada de decisão da tesouraria e da alta administração, os resultados dos testes de estresse são avaliados por fatores de risco, bem como de forma consolidada.

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos, com o VaR diário estimado, de acordo com a Circular BACEN 3.646. O número de exceções dos limites estabelecidos de VaR deve ser compatível, dentro de uma margem estatística aceitável, com três intervalos de confiança distintos (99%, 97,5% e 95%) em três janelas históricas distintas (250, 500 e 750 dias úteis). Com isso contempla 9 amostras diferentes, garantindo a qualidade estatística da hipótese de VaR histórico.

O Itaú Unibanco possui um conjunto de processos, executados periodicamente pelas equipes de controles internos, cujo objetivo é replicar de forma independente as métricas que sensibilizam o capital de risco de mercado por modelos internos. Além dos resultados dos processos periódicos, o Itaú Unibanco avalia o processo de mensuração dos horizontes temporais por fatores de risco e a estimativa do período de estresse para o cálculo do VaR estressado. A validação do modelo interno inclui diversos tópicos considerados essenciais para a análise crítica do modelo, como por exemplo, a avaliação das limitações do modelo, a adequação dos parâmetros usados na estimativa de volatilidade e a abrangência a confiabilidade dos dados de entrada.

MR2: Informações sobre as variações do RWA_{MINT}

Exposições sujeitas a risco de mercado

A tabela a seguir mostra as exposições sujeitas a risco de mercado na abordagem de modelos internos, para apuração do requerimento de capital.

Em R\$ milhões	VaR	VaR estressado	Outros	RWA _{MINT} total
RWAMINT em 30/09/2023	10.858	9.940	1.607	22.405
Mudanças nos níveis de risco	(3.534)	(2.533)	-	(6.067)
Atualizações e mudanças no modelo interno	-	-	-	-
Metodologia e regulação	-	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-	-
Mudanças nas taxas de câmbio	1.394	1.379	-	2.773
Outros	-	-	(240)	(240)
RWAMINT em 31/12/2023	8.718	8.786	1.367	18.871

O RWA_{MINT} caiu em relação ao trimestre anterior devido à redução nos níveis de risco, tanto no VaR quanto no VaR estressado.

MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado

A tabela a seguir mostra os valores de VaR e VaR estressado apurados pelos modelos internos de risco de mercado.

Em R\$ milhões	31/12/2023
VaR (10 dias, 99%)	
Máximo	315
Médio	187
Mínimo	127
Final do trimestre	138
VaR estressado (10 dias, 99%)	
Máximo	486
Médio	233
Mínimo	108
Final do trimestre	172

O VaR e o VaR estressado diminuíram em relação ao trimestre anterior devido à redução da exposição em taxas de juros.

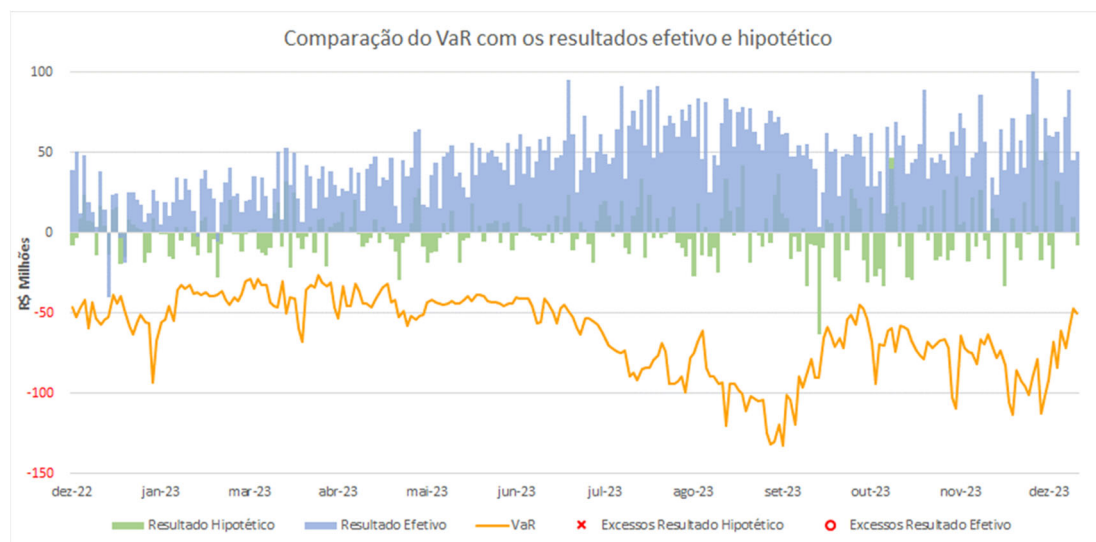
MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético**Teste de Aderência**

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos com o VaR diário. O VaR diário é calculado para um horizonte de manutenção de um dia, de acordo com o nível de confiança de 99% e utilizando um período histórico de 1.000 dias. O percentual de requerimento de capital associado a este modelo é de 100%.

As análises do teste de aderência apresentadas abaixo consideram as faixas sugeridas pelo Comitê de Basileia de Supervisão Bancária. Essas faixas dividem-se em:

- Verde (0 a 4 exceções): os resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
- Amarela (5 a 9 exceções): faixa intermediária. Sinaliza a necessidade de atenção por meio do monitoramento ou possibilidade de revisão dos modelos adotados; e
- Vermelha (10 ou mais exceções): há necessidade de uma ação de melhoria.

O gráfico a seguir mostra a comparação entre o VaR e os resultados efetivo e hipotético:



Em relação aos resultados hipotético e efetivo, não houve exceção.

Os resultados efetivos não incluem tarifas, corretagens e comissões. Não existem reservas de resultado.

Total da Exposição Associada a Instrumentos Financeiros Derivativos

As posições em derivativos têm como principal função gerir os riscos das carteiras de negociação e bancária nos respectivos fatores de risco.

Derivativos: Carteira de Negociação e Carteira Bancária

Em R\$ milhões

31/12/2023

Fatores de Risco	Com Contraparte Central				Sem Contraparte Central			
	Brasil		Exterior		Brasil		Exterior	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	131.412	(320.909)	14.061	(15.405)	103.987	(135.148)	72.641	(136.936)
Taxas de Câmbio	215.268	(192.138)	71.921	(60.964)	51.343	(80.825)	436.730	(430.002)
Ações	8.460	(5.828)	443	(678)	201	(1.459)	28	-
Commodities	1.834	(1.848)	-	(71)	1.199	(1.304)	111	-

IRRBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

A Circular BACEN nº 3.876, publicada em janeiro de 2018, dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*).

Para fins desta Circular, definem-se:

- Δ EVE (Delta *Economic Value of Equity*) como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- Δ NII (Delta *Net Interest Income*) como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

As análises de sensibilidade da carteira bancária aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis ou econômicos, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo Itaú Unibanco.

A instituição utiliza a metodologia interna para mensuração de Δ EVE e Δ NII. Os valores apurados para o Δ EVE não representam impacto imediato ao patrimônio líquido, enquanto que Δ NII indica potencial volatilidade aos resultados projetados considerando as premissas dos modelos.

Em cumprimento da circular, estão discriminadas abaixo as informações qualitativas e quantitativas acerca do gerenciamento de risco relativo ao IRRBB no Itaú Unibanco.

Estrutura e tratamento

O risco de taxa de juros da carteira bancária refere-se ao risco potencial de impacto na suficiência de capital e/ou nos resultados de intermediação financeira devido a movimentos adversos das taxas de juros, considerando os fluxos relevantes dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O principal objetivo da gestão de ativos e passivos é maximizar a relação entre retorno e risco das posições contidas na carteira bancária, levando em conta o valor econômico dos ativos/passivos e os impactos nos resultados do exercício e nos resultados futuros.

O processo de gerenciamento do risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira bancária ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado.

A estrutura de gerenciamento do IRRBB possui políticas e controles de risco que visam a garantir a adequação ao apetite de risco da instituição. O *framework* do IRRBB possui limites gerenciais granulares para diversas métricas de risco e limites consolidados de Δ EVE e Δ NII e limites associados a testes de estresse.

A unidade de gerenciamento de ativos e passivos é responsável pela gestão dos descasamentos entre fluxos ativos e passivos por faixa de prazos e atua na mitigação do risco de taxa de juros por meio de estratégias de hedge econômico e de hedge contábil.

Todos os modelos associados ao IRRBB possuem um processo robusto de validação independente e seus modelos são aprovados pela CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos). Além disso, todos os modelos e processos são avaliados pela auditoria interna.

O *framework* de risco de taxas de juros da carteira bancária possui medidas de risco gerenciais que são calculadas diariamente para o controle de limites. As métricas de ΔEVE e ΔNII são avaliadas em relação aos limites de apetite de risco e as demais métricas de risco em relação aos limites de risco gerenciais.

No processo de gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária, o tratamento dispensado às operações sujeitas às opcionalidades automáticas é feito por meio de modelos de marcação a mercado que decompõe os produtos, sempre que possível, em instrumentos lineares e não lineares. Os instrumentos lineares são tratados de maneira análoga aos demais instrumentos sem opcionalidades e os instrumentos não lineares possuem um tratamento específico dado por meio de um *Add-on* nas métricas de ΔEVE e ΔNII .

De maneira geral, as operações sujeitas às opcionalidades comportamentais são classificadas como depósitos sem vencimento contratual definido ou produtos sujeitos a pré-pagamento. Os depósitos sem vencimento são classificados em relação à sua natureza e estabilidade para garantir adequação das premissas em relação aos limites regulatórios. O tratamento dispensado aos produtos sujeitos a pré-pagamento é feito por meio de modelos de análise de sobrevivência, cuja dinâmica é determinada com base no comportamento histórico das carteiras. Os fluxos dos instrumentos que possuem características homogêneas são ajustados por modelos específicos de forma a refletir de maneira mais adequada os fluxos de reapreçamento dos instrumentos.

A carteira bancária é composta por operações ativas e passivas originadas pelos diversos canais comerciais (varejo e atacado) do Itaú Unibanco. As exposições de risco de mercado inerentes à carteira bancária são compostas por vários fatores de risco, que são componentes primários do mercado na formação dos preços.

No IRRBB, são consideradas ainda as operações de *hedge* que buscam mitigar os riscos derivados das oscilações dos fatores de risco de mercado e suas assimetrias contábeis.

O risco de mercado gerado pelos descasamentos estruturais é gerenciado por meio de vários instrumentos financeiros, como derivativos de bolsa e no mercado de balcão. Em alguns casos, operações com instrumentos financeiros derivativos podem ser classificadas como *hedge* contábil, de acordo com suas características de risco e fluxo de caixa. Nestes casos, a documentação comprobatória específica é analisada para permitir o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos contábeis e administrativos de *hedges* são definidos pela Circular BACEN nº 3.082.

A modelagem do IRRBB inclui uma série de premissas:

- O ΔEVE e o ΔNII são mensurados com base nos fluxos de caixa dos instrumentos da carteira bancária, decompostos nos seus fatores de risco isolando o efeito de taxa de juros e dos componentes de *spread*;
- Para depósitos sem vencimento os modelos são classificados quanto a sua natureza e estabilidade e distribuídos no tempo considerando os limites regulatórios;
- A instituição utiliza modelos de análise de sobrevivência para o tratamento de operações de crédito sujeitas ao pré-pagamento e modelos empíricos para operações sujeitas ao resgate antecipado;
- A reprecificação de prazo médio atribuída aos depósitos sem vencimento contratual é definido em 1,84 anos;
- A reprecificação de prazo máximo atribuída aos depósitos sem vencimento contratual é definido em 30,00 anos.

O art. 16 da Resolução BCB 54 estabelece a necessidade de publicação do ΔEVE e ΔNII , considerando os cenários de choques padronizados descrito pelo art. 11 da Circular BACEN 3.876.

Na tabela abaixo são apresentados os principais resultados decorrentes das mudanças nas taxas de juros sobre a carteira bancária nos cenários padronizados (art. 11). Destaca-se que, seguindo a regulamentação, as potenciais perdas estão representadas por valores positivos e os ganhos por valores negativos (entre parênteses).

- Paralelo de Alta: aumento das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo;
- Paralelo de Baixa: redução das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo;
- Aumento no Curto: aumento das taxas de juros de curto prazo;
- Redução no Curto: redução das taxas de juros de curto prazo;
- Steepener: redução das taxas de juros de curto prazo e aumento das taxas de juros de longo prazo;
- *Flattener*: aumento das taxas de juros de curto prazo e redução das taxas de juros de longo prazo.

IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB**Perda Potencial dos Instrumentos Classificados na Carteira Bancária decorrente de Cenários de Variação das Taxas de Juros ⁽¹⁾**

(As perdas são representadas por valores positivos, enquanto os ganhos são representados por valores negativos entre parênteses)

Em R\$ milhões	31/12/2023		31/12/2022	
	Δ EVE	Δ NII	Δ EVE	Δ NII
	Choques Padronizados ⁽²⁾	Choques Padronizados ⁽²⁾	Choques Padronizados ⁽²⁾	Choques Padronizados ⁽²⁾
Paralelo de Alta	19.134	4.101	13.475	2.215
Paralelo de Baixa	(22.460)	(5.312)	(8.171)	(2.701)
Aumento no Curto	12.049		10.728	
Redução no Curto	(12.961)		(11.445)	
<i>Steepener</i>	(1.114)		(3.751)	
<i>Flattener</i>	4.968		8.127	
Varição Máxima	19.134	4.101	13.475	2.215
Capital de Nível I	185.141		166.868	

1) As medidas de variação têm as perdas representadas por valores positivos, conforme Art. 13 § 3º da Circular 3.876.

2) Os valores são calculados por meio de modelo interno e choques regulatórios padronizados, conforme Art. 39 §1º II da Circular 3.876.

A variação máxima do Δ EVE com choques padronizados, para o teste de outlier, foi de R\$ 19.134 milhões em 29 de dezembro de 2023, no cenário de choques Paralelo de Alta, que corresponde a perda potencial de 10,33% do capital de Nível I, que é inferior a 15% - percentual que define a instituição como outlier (conforme Art.44 da Circular 3.876).

O Δ NII, com os choques padronizados, para um horizonte de um ano, possui perda máxima de R\$ 4.101 milhões no cenário de choques Paralelo de Alta.

Remuneração de Administradores

REMA: Política de remuneração

Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração é responsável por promover discussões sobre assuntos relacionados à remuneração de nossa administração. Entre suas competências, estão: o desenvolvimento de uma política de remuneração para os nossos administradores, a propositura ao Conselho de Administração de diferentes formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; a discussão, a análise e a supervisão da implementação e operacionalização dos modelos de remuneração existentes, e a discussão dos princípios gerais para a remuneração dos nossos colaboradores, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento. O Comitê possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, atualizado em 28 de agosto de 2018, disponibilizado no site de relações com investidores: www.itau.com.br/relacoes-com-investidores > Menu > Itaú Unibanco > Governança Corporativa > Regulamentos e Políticas > Regimentos > Regimento Interno do Comitê de Remuneração.

Composição do Comitê de Remuneração

Nome	Cargo ocupado	Data da eleição
CPF		Prazo do mandato
Data de nascimento		Número de Mandatos Consecutivos
Geraldo José Carbone	Membro independente (e não administrador, nos termos da Resolução CMN 3.921)	27/04/2023
952.589.818-00	(Efetivo)	Anual
08/02/1956		6
Candido Botelho Bracher	Membro do Comitê (Efetivo)	27/04/2023
039.690.188-38		Anual
12/05/1958		3
João Moreira Salles	Membro do Comitê (Efetivo)	27/04/2023
295.520.008-58		Anual
04/11/1981		3
Roberto Egydio Setubal	Presidente não executivo do Comitê	27/04/2023
007.738.228-52		Anual
10/13/1954		7

Governança de remuneração

A nossa estratégia de remuneração adota processos claros e transparentes, que visam atender à regulamentação aplicável e às melhores práticas nacionais e internacionais, bem como assegurar a compatibilidade com nossa política de gestão de riscos.

Nossa Política de Remuneração, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, e revisada em 29.02.2024, tem o objetivo de consolidar nossos princípios e práticas de remuneração, de forma a atrair,

recompensar, reter e incentivar os administradores e colaboradores na condução dos negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados e estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas.

Anualmente, o Comitê de Remuneração avalia e, se for o caso, propõe melhorias na Política de Remuneração. Após essa análise criteriosa do Comitê de Remuneração, a Política é submetida à avaliação do Conselho de Administração.

Em 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a revisão, formalização e ratificação de Plano de Outorga de Ações (“Plano de Outorga de Ações”), a fim de consolidar regras gerais relativas a programas de incentivo de longo prazo que envolvem a outorga de ações a administradores e empregados do Itaú Unibanco e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas. Dentre os programas mencionados no Plano de Outorga de Ações, administrado pelo Comitê de Remuneração, contemplam em seus públicos-alvo administradores do Emissor: a Remuneração Variável em Ações, a Remuneração Fixa em Ações (apenas para conselheiros) e o Programa de Sócios, presentes também nas informações prestadas ao longo da tabela REMA. O Plano de Outorga de Ações está disponível em: <http://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores/> > Itaú Unibanco > Governança Corporativa > Regulamentos e Políticas > Plano de Outorga.

Ademais, com o intuito de trazer ainda mais transparência acerca do nosso modelo de remuneração, passamos a divulgar, desde 2020, documento que consolida as principais práticas e princípios que norteiam o pagamento da remuneração aos nossos administradores. Este documento, denominado Política de Remuneração, torna público as bases do nosso modelo remuneratório e está disponível em www.italu.com.br/relacoes-com-investidores > Itaú Unibanco > Governança Corporativa > Regulamentos e Políticas > Políticas > Política de Remuneração de Administradores e Clawback.

Adicionalmente, desde 2019, o Comitê de Remuneração determinou que os membros do Comitê Executivo mantenham em sua titularidade quantidade mínima de ações do Emissor, equivalente a 10 vezes da remuneração fixa anual para o CEO e a 5 vezes da remuneração fixa anual para os demais membros. Até 31 de dezembro de 2023 o CEO e a maior parte dos membros do Comitê Executivo cumpriam a exigência mínima de titularidade. A exigência deve ser cumprida em até cinco anos após assumirem suas funções.

Para 2024, a exigência permanece a mesma. Os novos membros do comitê executivo e o CEO possuem um prazo de 5 anos para cumprimento da exigência.

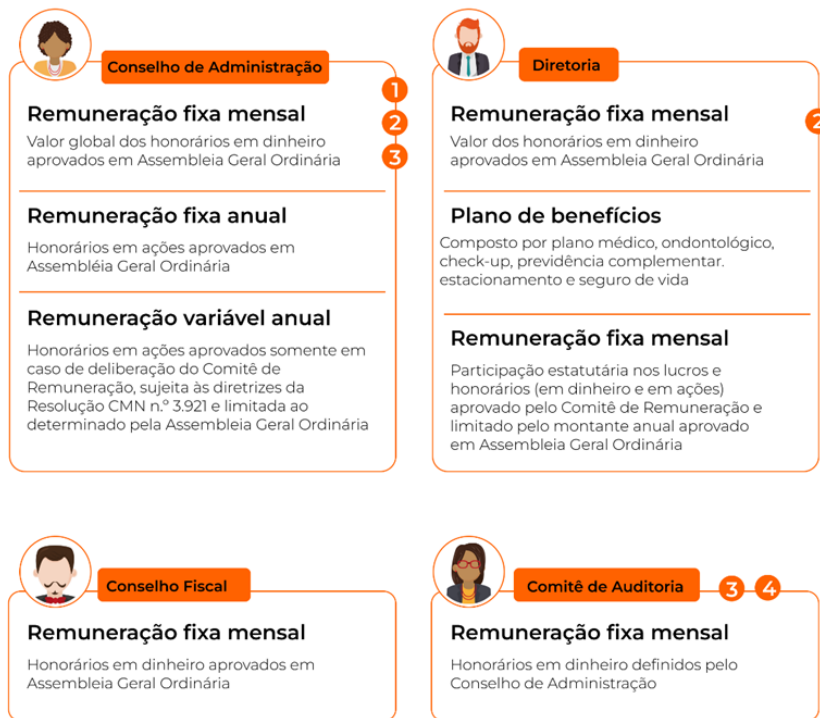
O Emissor mantém, ainda, o Plano para Outorga de Opções de Ações (“Plano para Outorga de Opções”) para seus administradores e colaboradores, bem como para os administradores e colaboradores das empresas por ele controladas, o que permite o alinhamento dos interesses dos administradores aos dos acionistas, na medida em que se compartilham os mesmos riscos e ganhos proporcionados pela valorização de suas ações. Desde 2012, nenhuma opção foi outorgada no âmbito de nosso Plano para Outorga de Opções de Ações. Para mais informações sobre a Movimentação do Plano, vide a nota explicativa 20 das Demonstrações Contábeis em IFRS.

O Comitê de Pessoas é responsável pelas decisões institucionais, supervisão da implementação e operacionalização do Plano para Outorga de Opções.

Para mais informações sobre as atribuições e funções do Comitê de Pessoas e do Comitê de Remuneração, acessar o item 7.1 do Formulário de Referência que está disponível no site <http://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores/> > Menu > Relatórios > CVM > Formulário de Referência.

Política de Remuneração - Composição da remuneração

Composição da remuneração anual dos membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria



- 1 Caso o membro do Conselho de Administração também faça parte da Diretoria do Itaú Unibanco ou de suas controladas, a sua remuneração seguirá o modelo remuneração de Diretores. Os administradores que também sejam membros dos nossos comitês estatutários e não estatutários ou de nossas controladas ou coligadas são remunerados por suas funções em órgãos ou áreas executivas nas quais atuam. Em regra, não recebem remuneração pelo fato de participarem dos referidos comitês. O membro não administrador do Comitê de Remuneração recebe remuneração pelo exercício de suas funções no referido Comitê
- 2 Os valores máximos de remuneração são determinados pelos limites impostos pelo artigo 152 da lei das Sociedades por Ações.
- 3 Membros do Conselho de Administração possuem benefícios se anteriormente foram diretores da companhia e membros do Comitê de Auditoria podem possuir benefícios.
- 4 Na hipótese de membros do Comitê de Auditoria também integrem o Conselho de Administração é adotada a política de remuneração prevista para o Conselho.

Adotamos estratégias de remuneração e benefícios que variam de acordo com a área de atuação e com parâmetros de mercado. Periodicamente, verificamos esses parâmetros por meio de:

- contratação de pesquisas salariais, realizadas por consultores especializados;
- participação em pesquisas realizadas por outros bancos; e
- participação em fóruns especializados em remuneração e benefícios.

A remuneração fixa do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como o plano de benefícios concedidos aos diretores, não são impactados por indicadores de desempenho.

Conselho Fiscal: os membros do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal e não fazem jus ao plano de benefícios. Conforme legislação aplicável, a remuneração de cada membro em exercício não pode ser

inferior a 10% da remuneração fixa atribuída a cada diretor (i.e., não computados os benefícios, as verbas de representação e a participação nos lucros).

Comitê de Auditoria: os membros do Comitê de Auditoria recebem apenas remuneração fixa mensal e podem receber benefícios. Na hipótese de membros do Comitê de Auditoria também integrarem o Conselho de Administração é adotada a Política de Remuneração prevista para tal órgão.

Conselho de Administração: a remuneração do Conselho de Administração está alinhada às práticas de mercado e leva em consideração o currículo dos conselheiros, seu histórico no Emissor e as atividades por eles desempenhadas no âmbito do próprio Conselho de Administração, do exercício da Presidência no órgão e de outras funções que possam exercer. Nesse contexto, podem existir remunerações diferenciadas entre estes membros. Tal prática está alinhada ao propósito do Emissor de atrair profissionais destacados, de diferentes segmentos e com expertise e experiências profissionais diversas.

a) Remuneração fixa mensal: a remuneração fixa mensal é alinhada às práticas de mercado e revisada com frequência necessária para atrair os profissionais qualificados.

b) Remuneração fixa anual em ações: a remuneração fixa anual devida aos conselheiros é paga em ações preferenciais do Emissor.

c) Remuneração variável anual em ações: nos casos de pagamento de remuneração variável em ações a membro do Conselho de Administração, a remuneração respeita os mesmos prazos de diferimento, condições e cálculo do valor das ações apresentados no item “b) ii” a seguir, que descreve a entrega das ações preferenciais da remuneração variável anual. Visando sua compatibilidade com a criação de valor, esta remuneração leva em conta o resultado do Itaú Unibanco Holding, podendo ser ajustada pelo Comitê de Remuneração.

Diretoria:

a) Remuneração fixa mensal: a remuneração fixa mensal é estabelecida de acordo com a função exercida e tem como fundamento a equidade interna, possibilitando também a sua mobilidade em nossos diversos negócios. A definição de valores da remuneração fixa leva em consideração a competitividade frente ao mercado.

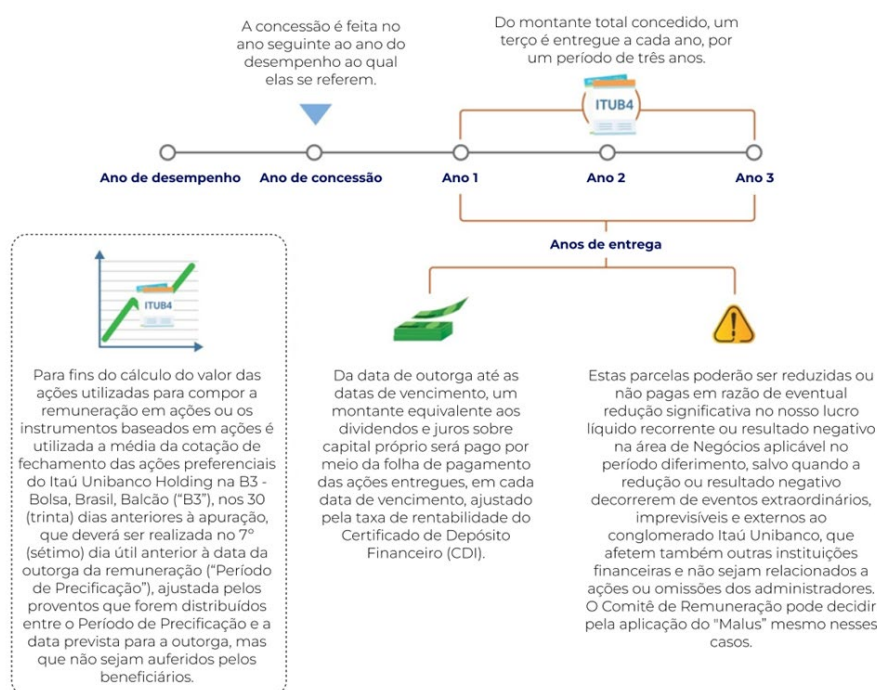
b) Remuneração variável anual ⁽¹⁾



(1) Dentro dos limites estabelecidos pela legislação, a remuneração dos Diretores responsáveis pelas áreas de controles internos e riscos independe do desempenho das áreas de negócios por eles controladas e avaliadas, de forma a não gerar conflitos de interesse. Contudo, ainda que a remuneração não sofra com o resultado da área de negócios, está sujeita ao impacto decorrente do resultado da companhia.

b) i. Distribuição da remuneração variável anual ⁽²⁾:

(2) Conforme a Resolução CMN nº 3921, uma parcela da remuneração variável deve ser diferida.

b) ii. Entrega das ações preferenciais da remuneração variável anual da Diretoria:**Entrega das ações preferenciais**

O Emissor estabelece, além da remuneração variável anual, que busca vincular os membros que a recebem aos projetos e resultados do Emissor, o Programa de Sócios, que tem como objetivo alinhar a gestão do risco no curto, médio e longo prazo, assim como alinhar os interesses dos participantes do programa aos de nossos acionistas, beneficiando-os proporcionalmente aos ganhos obtidos pelo Emissor e por seus acionistas.

Política de Remuneração – Valores pagos em ações**a) Termos e condições gerais**

Os modelos de pagamentos baseados em ações encontram-se em conformidade com os princípios buscados pelo Emissor, tendo em vista que atuam como instrumentos de incentivo ao desenvolvimento, comprometimento individual e retenção dos administradores, pois o recebimento da ação concretiza-se no longo prazo.

Para fins demonstrativos, reunimos neste item as informações relativas a todos os modelos de pagamento baseados em ações. São eles: (1) ações ou instrumentos baseados em ações entregues no âmbito da Política de Remuneração, (2) ações ou instrumentos baseados em ações entregues no âmbito do Programa de Sócios e (3)

as opções outorgadas no âmbito do Plano para Outorga de Opções de Ações (“Plano para Outorga de Opções”), descritos abaixo:

(1) Política de Remuneração – valores pagos em ações

Remuneração Fixa anual em ações:

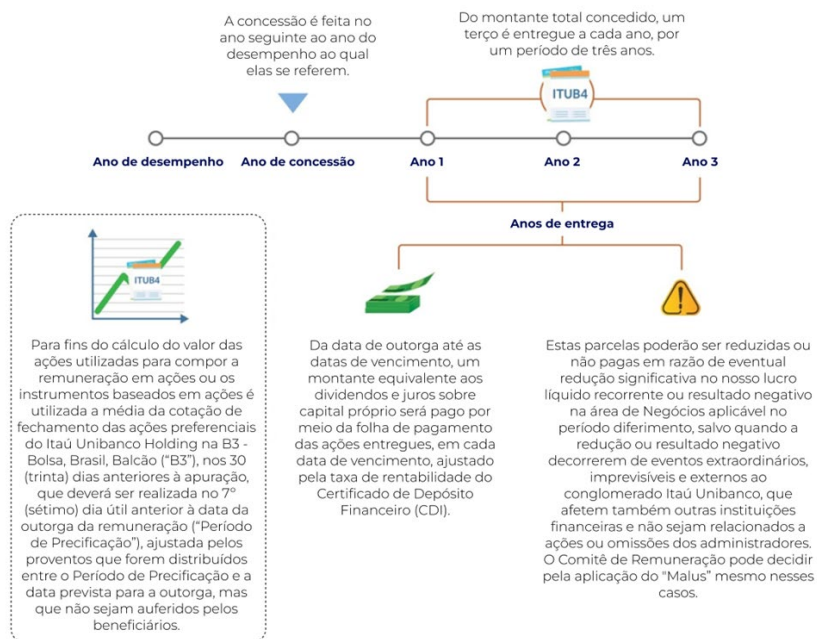
A remuneração fixa anual é paga aos membros do Conselho de Administração desde que tenham exercido seus mandatos anuais por completo. O objetivo é recompensar a contribuição de cada membro para o Conglomerado Itaú Unibanco. A remuneração fixa anual leva em consideração o histórico e currículo dos membros, além de condições de mercado e outros fatores que podem ser objeto de acordo entre o membro do Conselho de Administração e o Conglomerado Itaú Unibanco.

Para fins do cálculo do valor das ações que são utilizadas para compor a remuneração em ações ou os instrumentos baseados em ações é utilizada a média da cotação de fechamento das ações preferenciais do Itaú Unibanco Holding na B3 - Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”), nos 30 (trinta) dias anteriores à apuração, que deverá ser realizada no 7º (sétimo) dia útil anterior à data do evento, concessão ou entrega das ações (“Período de Precificação”), ajustada pelos proventos que forem distribuídos entre o Período de Precificação e a data prevista para o evento, mas que não sejam auferidos pelos beneficiários.

A quantidade de ações é apurada e outorgada a cada três anos, sendo que a entrega das ações é realizada proporcionalmente à quantidade de mandatos cumpridos nesse período.

Remuneração Variável anual em ações:

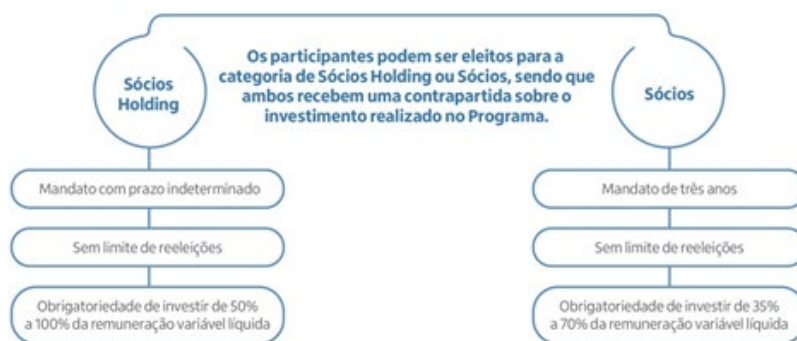
Entrega das ações preferenciais



(2) Programa de Sócios

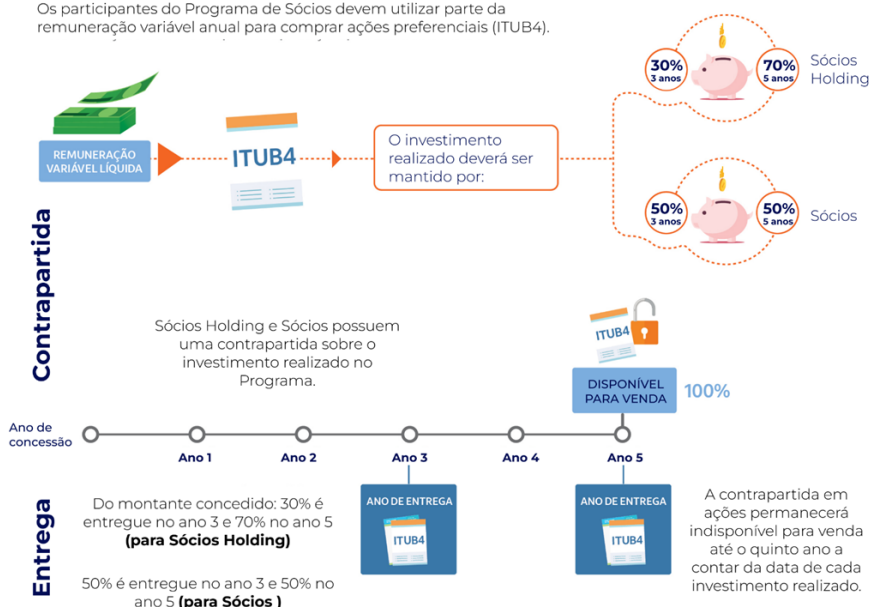
Com o objetivo de alinharmos os interesses de nossos diretores e colaboradores aos de nossos acionistas, o programa concede aos seus participantes a oportunidade de investir em nossas ações preferenciais (ITUB4), compartilhando os riscos de curto, médio e longo prazo.

O programa é destinado a diretores e colaboradores com histórico de contribuição e atuação relevante, além de desempenho diferenciado. O programa possui 2 tipos de nomeações: Sócios Holding e Sócios. Destacamos abaixo as principais diferenças:



Programa de Sócios

Os participantes do Programa de Sócios devem utilizar parte da remuneração variável anual para comprar ações preferenciais (ITUB4).



O Programa de Sócios poderá considerar outros instrumentos derivados das ações, além das ações.

Ao cumprir com os prazos de investimentos mencionados acima, o beneficiário terá, nas mesmas datas a titularidade sobre a contrapartida pega pela empresa, a qual é entregue em ações preferenciais (ITUB4).



Para fins do cálculo do valor de aquisição das Ações Próprias é utilizada a média da cotação de fechamento das ações preferenciais do Itaú Unibanco Holding na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), nos 30 (trinta) dias anteriores à apuração, que deverá ser realizada no 7º (sétimo) dia útil anterior à data prevista para a aquisição das Ações Próprias ("Período de Precificação"), ajustada pelos proventos que forem distribuídos entre o Período de Precificação e a data prevista para o investimento, mas que não sejam auferidos pelos beneficiários.

As ações de sócios ainda não recebidas também estão sujeitas a "Malus", ou seja, redução proporcional a redução significativa do lucro líquido recorrente realizado ou resultado negativo na área de Negócios, salvo quando a redução ou resultado negativo decorrer de eventos extraordinários, imprevisíveis e externos ao conglomerado Itaú Unibanco, que afetem também outras instituições financeiras e não sejam relacionadas a ações ou omissões dos administradores. O Comitê de Remuneração pode decidir pela aplicação do "Malus" mesmo nesses casos.



(3) Plano para Outorga de Opções de Ações

Possuímos um Plano para Outorga de Opções de Ações por meio do qual nossos diretores e colaboradores com desempenho diferenciado podem receber opções de ações. Essas opções permitem que eles compartilhem o risco da flutuação do preço das nossas ações preferenciais (ITUB4) com outros acionistas e são destinadas a integrar os participantes deste programa no processo de desenvolvimento do Conglomerado a médio e longo prazo.

Nosso Comitê de Pessoas administra o Plano de Opções de Ações, inclusive aspectos como preços de exercício, prazos de carência e de vigência das opções, de acordo com as regras previstas no Plano.

As opções somente poderão ser concedidas aos participantes se houver lucro suficiente para a distribuição dos dividendos obrigatórios.

Desde 2012, nenhuma opção foi outorgada no âmbito de nosso Plano para Outorga de Opções de Ações. Para mais informações sobre a Movimentação do Plano, vide a nota explicativa 20 das Demonstrações Contábeis em IFRS.

Para mais informações sobre o Plano para Outorga de Opções de Ações, consulte o site de Relações com Investidores: <http://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores/> > Menu > Itaú Unibanco > Governança Corporativa > Regulamentos e Políticas > Plano de Outorga.

b) Principais objetivos do plano

Os modelos de pagamento baseados em ações têm como objetivo primordial alinhar os interesses dos administradores aos dos acionistas do Emissor, na medida em que se compartilham dos mesmos riscos e ganhos proporcionados pela valorização de suas ações.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Os modelos de pagamentos baseados em ações são formas de incentivar os administradores a contribuírem para o bom desempenho e valorização das ações do Emissor, à medida que participam ativamente dos frutos resultantes dessa valorização. Com isso, a instituição alcança o objetivo dos modelos de pagamento em ações, vinculando os administradores às estratégias de longo prazo da organização. Os administradores, por sua vez, participam da valorização das ações representativas do capital do Emissor.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do Emissor

Os modelos de pagamentos baseados em ações encontram-se em conformidade com os princípios buscados pelo Emissor, tendo em vista que (i) vinculam os administradores aos projetos e resultados do Emissor a longo prazo; (ii) atuam como instrumentos de incentivo ao desenvolvimento e comprometimento individual; e (iii) retêm os administradores, pois o recebimento da ação concretiza-se no longo prazo.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do Emissor a curto, médio e longo prazo

Os modelos de pagamentos baseados em ações estão alinhados aos interesses do Emissor e dos administradores, uma vez que, ao possibilitar que os administradores se tornem acionistas do Emissor, os beneficiários são estimulados a atuar com a perspectiva de “donos” do negócio, alinhando-os, portanto, com os interesses dos acionistas. Além disso, incentivam a permanência dos administradores no Emissor, uma vez que a regra geral prevê que o efeito da saída é a perda dos direitos relacionados aos pagamentos baseados em ações (ver subitem “i” da tabela REMA).

f) Número máximo de ações abrangidas

A fim de limitar a diluição máxima a que os acionistas poderão estar sujeitos: a soma das (i) ações a serem utilizadas para remuneração, nos termos da Resolução CMN nº 3.921, inclusive aquelas ações relativas ao Programa de Sócios e de outros programas de remuneração em ações do Emissor e de suas controladas; e (ii) das opções a serem outorgadas em cada exercício não poderá ultrapassar o limite de 0,5% da totalidade das ações do Emissor que os acionistas possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

Na hipótese de, em um determinado exercício, a quantidade de ações entregues e de opções outorgadas ter ficado abaixo do limite de 0,5% da totalidade das ações previsto no parágrafo anterior, a diferença poderá ser acrescida para fins de remuneração ou para fins de outorga de opções em qualquer um dos 7 exercícios subsequentes.

g) Restrições à transferência das ações

Remuneração em ações: após o recebimento das ações nos prazos de 1, 2 e 3 anos, não há restrição à transferência das ações. Caso o executivo opte por investir estas ações no Programa de Sócios como Ações Próprias, tais ações ficarão indisponíveis por 3 e 5 anos a contar da data do investimento.

Programa de Sócios: após o recebimento das Ações de Sócios nos prazos de 3 e 5 anos a contar do investimento inicial, tais ações ficam indisponíveis pelo prazo de 5 anos a contar do investimento inicial.

Plano para Outorga de Opções: a disponibilidade das ações que os beneficiários tiverem subscrito mediante o exercício da opção poderá estar sujeita a restrições adicionais, conforme venha a ser deliberado na outorga pelo Comitê de Pessoas. Assim, o percentual das ações que deve permanecer indisponível, bem como o prazo de indisponibilidade, serão definidos pelo referido Comitê. Em regra, o período de indisponibilidade fixado pelo Comitê é de 2 anos após o exercício da opção.

h) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Remuneração em ações: as ações diferidas poderão não ser entregues em caso de eventual redução significativa do lucro líquido recorrente realizado do Emissor ou resultado negativo da área de negócios aplicável, salvo quando a redução ou resultado negativo decorrerem de eventos extraordinários, imprevisíveis e externos ao Conglomerado Itaú Unibanco, que afetem também outras instituições financeiras e não sejam relacionados a ações ou omissões dos administradores. O Comitê de Remuneração pode decidir pela aplicação do malus mesmo nesses casos. Ademais, o modelo de remuneração poderá ser alterado mediante aprovação do Comitê de Remuneração e do Conselho de Administração.

Programa de Sócios: as Ações de Sócios ainda não recebidas poderão não ser entregues em caso de eventual redução significativa do lucro líquido recorrente realizado do Emissor ou resultado negativo da área de negócios aplicável, salvo quando a redução ou resultado negativo decorrerem de eventos extraordinários, imprevisíveis e externos ao Conglomerado Itaú Unibanco, que afetem também outras instituições financeiras e não sejam relacionados a ações ou omissões dos administradores. O Comitê de Remuneração pode decidir pela aplicação do malus mesmo nesses casos. Ademais, o Programa de Sócios poderá ser alterado mediante aprovação do Comitê de Remuneração ou do Comitê de Pessoas.

Plano para Outorga de Opções: o Comitê de Pessoas poderá suspender o exercício das opções em circunstâncias justificáveis, tais como grandes oscilações de mercado ou restrições legais ou regulamentares. Ademais, o Plano para Outorga de Opções somente poderá ser alterado ou extinto mediante proposta do Comitê de Pessoas ao Conselho de Administração, com posterior aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.

Além disso, em dezembro de 2023 a Companhia adotou a política de *Clawback* (como um anexo da Política de Remuneração de Administradores), que consiste na recuperação de valores de remuneração outorgados ou pagos em excesso aos Diretores apontados como público-alvo da política em caso de reapresentação dos resultados financeiros. A política de *Clawback* é aplicada em todos os programas de Incentivo de Longo Prazo. A política está disponível no site de Relações com Investidores (www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores > Itaú Unibanco > Governança Corporativa > Regulamentos e Políticas > Políticas > Política de Remuneração de Administradores e *Clawback*).

i) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do Emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Remuneração em ações: a regra geral de saída prevê a extinção das ações outorgadas que ainda não foram entregues. A extinção ocorrerá na data em que se afastarem de forma permanente do exercício do cargo, ou seja, nos casos em que houver contrato de *garden leave* (período de afastamento prévio ao encerramento formal da

relação de emprego ou estatutária), extinguir-se-ão no início de tal contrato. O Comitê de Pessoas poderá, observados os critérios estabelecidos na Política de Remuneração, determinar a manutenção das ações.

Programa de Sócios: a regra geral de saída prevê a extinção das Ações de Sócios que ainda não foram entregues. A extinção ocorrerá na data em que se afastarem de forma permanente do exercício do cargo, ou seja, nos casos em que houver contrato de *garden leave* (período de afastamento prévio ao encerramento formal da relação de emprego ou estatutária), extinguir-se-ão no início de tal contrato. O Comitê de Pessoas poderá, observados os critérios estabelecidos no regulamento interno, determinar a manutenção das ações.

Plano para Outorga de Opções: a regra geral de saída prevê que os beneficiários administradores do Conglomerado Itaú Unibanco que renunciarem ou forem destituídos do cargo terão suas opções extintas de forma automática. As opções de administradores se extinguirão na data em que se afastarem de forma permanente do exercício do cargo, ou seja, nos casos em que houver contrato de *Garden leave* (período de afastamento prévio ao encerramento formal da relação de emprego ou estatutária), extinguir-se-ão no início de tal contrato. Contudo, não ocorrerá a extinção automática mencionada caso, por exemplo, o desligamento ocorra simultaneamente à eleição do funcionário para o cargo de administrador do Conglomerado Itaú Unibanco ou caso o administrador passe a ocupar outro cargo estatutário no Conglomerado Itaú Unibanco.

Ademais, o Comitê de Pessoas poderá, observados os critérios estabelecidos em regimento interno, determinar a não extinção das opções.

REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência

31/12/2023

Em R\$ milhões (exceto o número de pessoas, que está em unidades)		Diretoria	Conselho de Administração
	Número de pessoas	194	12
	Total da remuneração fixa	253	27
Remuneração fixa	Da qual: em espécie	253	16
	Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	-	-
	Da qual: outras formas de remuneração	-	11
	Número de pessoas	194	12
	Total da remuneração variável	1.500	41
Remuneração variável	Da qual: em espécie	420	9
	da qual: diferida	-	-
	Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	1.080	32
	da qual: diferida	1.080	32
	Da qual: outras formas de remuneração	-	-
	da qual: diferida	-	-
Remuneração total		1.753	68

REM2: Pagamentos extraordinários

A amostra relacionada aos pagamentos extraordinários é insuficiente para garantir a confidencialidade da informação e, portanto, os valores foram omitidos, com fundamento no § 4º, do artigo 3º da Resolução 54.

REM3: Remuneração diferida

Em R\$ milhões

31/12/2023

Remuneração diferida	Total da remuneração diferida pendente de pagamento	Da qual: Valor total diferido sujeito a ajustes implícitos e explícitos	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste explícito	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste implícito	Total da remuneração diferida paga no ano de referência
Diretoria	2.824	2.824	-	33	588
Em espécie	-	-	-	-	-
Ações	2.824	2.824	-	33	588
Instrumentos baseados em ações	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Conselho de administração	85	85	-	21	33
Em espécie	-	-	-	-	-
Ações	85	85	-	21	33
Instrumentos baseados em ações	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	2.909	2.909	-	54	621

Outros Riscos

Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do Itaú Unibanco estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos planos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Os principais riscos inerentes a esses produtos estão descritos a seguir e suas definições são apresentadas nos seus respectivos capítulos.

- Risco de subscrição: Decorre do uso de metodologias e/ou premissas inadequadas na precificação ou provisão dos produtos. Pode se materializar de formas diferentes, a depender do produto ofertado: Em seguros é resultante da alteração no comportamento do risco em relação ao aumento na frequência e/ou severidade dos sinistros ocorridos, contrariando as estimativas da precificação. Em previdência é observado no aumento na expectativa de vida ou no desvio das premissas utilizadas nas reservas técnicas. Em Capitalização o pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas e/ou despesas administrativas maiores do que as esperadas podem materializar este risco;

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais o Itaú Unibanco possui estrutura de gerenciamento de riscos que garante que os riscos oriundos dos produtos de seguro, previdência e capitalização sejam avaliados adequadamente e reportados aos fóruns pertinentes.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é independente e foca nas especificidades de cada risco.

Por fim, o Itaú Unibanco tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

Riscos Social, Ambiental e Climático

Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos são a possibilidade de ocorrência de perdas em função da exposição a eventos de origem social, ambiental e/ou climático relacionados às atividades desenvolvidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Os fatores sociais, ambientais e climáticos são considerados relevantes para os negócios do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, uma vez que podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazos.

A Política de Riscos Social, Ambiental e Climático (Política de Riscos SAC) estabelece as diretrizes e os princípios fundamentais para a gestão dos riscos social, ambiental e climático abordando os riscos mais relevantes para a operação da instituição por meio de procedimentos específicos.

Para mitigação dos Riscos Social, Ambiental e Climático são efetuadas ações de mapeamentos de processos, riscos e controles, acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e registro das ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento destes riscos no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Na gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático as áreas de negócio realizam a gestão do risco em suas atividades diárias, seguindo as diretrizes da Política de Riscos SAC e processos específicos, contando com avaliação especializada de equipes técnicas dedicadas situadas nos times de Crédito, que atende o segmento do

Atacado, Risco de Crédito e Modelagem e Jurídico Institucional, que atuam de forma integrada na gestão de todas as dimensões dos Riscos Social, Ambiental e Climático atreladas às atividades do conglomerado. Como exemplo de diretrizes específicas para a gestão destes riscos, a instituição conta com uma governança específica para concessão e renovação de crédito em alçadas seniores de clientes de determinados setores econômicos, classificados como Setores Sensíveis (Mineração, Metalurgia & Siderurgia, Óleo & Gás, Ind. Têxtil e Varejo Vestuário, Papel & Celulose, Química & Petroquímica, Agro - Frigoríficos, Agro - Defensivos e Fertilizantes, Madeira, Energia, Produtores Rurais e Imobiliário), para os quais há uma análise individualizada dos Riscos Social, Ambiental e Climático. A instituição conta ainda com procedimentos específicos para a própria operação da Instituição (patrimônio, infraestrutura de agências, tecnologia e fornecedores), crédito, investimentos e controladas chave. As áreas de Riscos SAC, Controles Internos e Compliance, por sua vez, dão suporte e garantem a governança das atividades das áreas de negócios e de crédito que atende o negócio. Já a Auditoria Interna atua de maneira independente, realizando a avaliação da gestão dos riscos, controles e governança.

A governança conta, ainda, com o Comitê de Riscos Social, Ambiental e Climático, que tem como principal competência avaliar e deliberar sobre assuntos institucionais e estratégicos, bem como deliberar sobre produtos, operações, serviços, entre outros que envolvam o tema de Riscos Social, Ambiental e Climático.

O Risco Climático abrange: (i) riscos físicos, decorrentes de mudanças nos padrões climáticos, como aumento das chuvas, da temperatura e eventos climáticos extremos, e (ii) riscos de transição, resultantes de mudanças na economia em consequência de ações climáticas, como precificação do carbono, regulamentação climática, riscos de mercado e riscos de reputação.

Considerando a relevância, o risco climático se tornou uma das principais prioridades para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que apoia a Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (Task Force on Climate-related Financial Disclosures - TCFD) e está comprometido em manter um processo de evolução e melhoria contínua dentro dos pilares recomendados pelo TCFD. Com este objetivo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está fortalecendo a governança e estratégia relacionadas ao Risco Climático e desenvolvendo ferramentas e metodologias para avaliar e gerenciar estes riscos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING mensura a sensibilidade do portfólio de crédito aos riscos climáticos aplicando a Régua de Sensibilidade aos Riscos Climáticos, desenvolvida pela Febraban. A ferramenta combina critérios de relevância e proporcionalidade para identificar os setores e clientes dentro do portfólio que apresentam maior sensibilidade aos riscos climáticos, considerando os riscos físicos e de transição. Os setores com maior probabilidade de sofrerem impactos financeiros por mudanças climáticas, seguindo as diretrizes do TCFD são: energia, transportes, materiais e construção, agricultura, alimentos e produtos florestais.

Risco de Modelo

O risco de modelo é o risco proveniente dos modelos utilizados pelo Itaú Unibanco não refletirem de maneira consistente as relações de variáveis de interesse, acarretando resultados que diferem sistematicamente do observado.

A utilização de modelos pode levar à tomada de decisões mais apuradas e seu uso, cada vez mais presente na instituição, tem apoiado decisões estratégicas em diversos contextos, como na aprovação do crédito, no apreçamento de operações, na estimativa de curvas de volatilidade, no cálculo de capital, entre outros.

Devido ao crescente uso de modelos, impulsionado pela aplicação de novas tecnologias e pela ampliação da utilização de dados, o Itaú Unibanco segue aperfeiçoando sua governança em relação ao desenvolvimento, implantação, uso e monitoramento desses modelos, através da definição de diretrizes, políticas e procedimentos que visam a assegurar a qualidade e a mitigar os riscos associados a cada nova metodologia.

A atuação das áreas responsáveis por modelos é avaliada pelas equipes de Risco Operacional e Auditoria Interna para garantir a aderência a tais políticas. As oportunidades de melhoria encontradas ao longo dessas avaliações são devidamente endereçadas com planos de ação, sendo os mesmos acompanhados pelas 3 linhas de defesa e pela alta administração até sua conclusão.

Risco Regulatório ou de Conformidade

O risco regulatório ou de conformidade é o risco de sanções, perdas financeiras ou danos reputacionais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, normas de mercado local e internacional, políticas internas, compromissos com reguladores, compromissos voluntários, além de códigos de autorregulação e códigos de conduta aderidos pelo Itaú Unibanco.

O risco regulatório ou de conformidade é gerenciado através de processo estruturado que visa a identificar alterações no ambiente regulatório, analisar os impactos nas áreas da instituição e monitorar as ações voltadas para a aderência às exigências normativas e demais compromissos mencionados no parágrafo anterior.

Nesse processo estruturado estão contempladas as seguintes ações: (i) interpretar as alterações do ambiente regulatório; (ii) acompanhar tendências regulatórias; (iii) prezar pelo relacionamento da instituição com os órgãos reguladores, autorreguladores e entidade de representação; (iv) acompanhar os planos de ação para aderência regulatória ou autorregulatória; (v) coordenar programa para atender normas relevantes, como o de Integridade e Ética; (vi) reportar temas regulatórios em fóruns de Risco Operacional e *Compliance* de acordo com a estrutura de colegiados estabelecida em política interna.

Risco Reputacional

O Itaú Unibanco entende o risco reputacional como o risco decorrente de práticas internas e/ou fatores externos que possam gerar uma percepção negativa sobre o Itaú Unibanco por parte de clientes, colaboradores, acionistas, investidores, órgãos reguladores, governo, fornecedores, imprensa e a sociedade de forma geral, podendo impactar a reputação do banco, o valor da sua marca e/ou resultar em perdas financeiras. Além disso, pode afetar a manutenção de relações comerciais existentes, o acesso a fontes de captação de recursos, a atração de novos negócios e de talentos para compor o quadro da empresa ou mesmo a licença para operar.

A instituição entende que a reputação é de suma importância para o atingimento de seus objetivos de longo prazo, sendo a razão pela qual procura o alinhamento entre o discurso, a prática e a atuação ética e transparente, fundamental para ampliar o nível de confiança de seus públicos de relacionamento e partes interessadas. De modo geral, a reputação da instituição permeia sua estratégia (visão, cultura e competências) e é construída a partir das experiências, diretas ou indiretas, estabelecidas entre o Itaú Unibanco e as partes interessadas.

Visto que o risco reputacional permeia, direta e indiretamente, todas as operações e processos da instituição, a governança do Itaú Unibanco é estruturada de maneira a garantir que estes potenciais riscos sejam identificados, analisados e gerenciados ainda nas fases iniciais de suas operações e análise de novos produtos, incluindo a utilização de novas tecnologias.

Desta forma, o tratamento dado ao risco reputacional pelo Itaú Unibanco é estruturado por meio de diversos processos e iniciativas internas que, por sua vez, são suportados por políticas, tendo como principal objetivo proporcionar mecanismos de monitoramento, gerenciamento, controle e mitigação dos principais riscos reputacionais. Dentre eles, destacam-se: (i) arcabouço do apetite de risco; (ii) prevenção e combate a atos ilícitos; (iii) gestão de crises e continuidade dos negócios; (iv) relações governamentais e institucionais; (v) comunicação corporativa; (vi) gestão da marca; (vii) ouvidoria e compromisso com a satisfação de clientes; e (viii) diretrizes de ética e prevenção à corrupção.

As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, o financiamento ao terrorismo e as fraudes, em que o grande desafio é identificar e reprimir operações cada vez mais sofisticadas que procuram dissimular a origem, a localização, a disposição, a propriedade e a movimentação de bens e valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilegais. O Itaú Unibanco estabeleceu uma política corporativa com o intuito de prevenir seu envolvimento com atos ilícitos e proteger sua reputação e imagem perante colaboradores, clientes, parceiros estratégicos, fornecedores, prestadores de serviços, órgãos reguladores e sociedade, por meio de uma estrutura de governança orientada para a transparência, rigoroso cumprimento de normas e regulamentos, incluindo a Circular 3.978/2020 do Banco Central do Brasil entre outras, e a cooperação com as autoridades policial e judiciária.

Também busca um alinhamento contínuo com as melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos e capacitação permanente dos colaboradores elegíveis.

Para o Itaú Unibanco estar em conformidade com as diretrizes dessa política corporativa, se estabeleceu um programa de prevenção e combate a atos ilícitos, baseado nos seguintes pilares:

- Políticas e Procedimentos;
- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo de “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo de “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo de “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo de “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços;
- Cumprimento às Sanções;
- Monitoramento, Seleção e Análise de Operações ou Situações Suspeitas;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento.

Esse programa aplica-se ao Conglomerado Itaú Unibanco e suas empresas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comitês de Risco Operacional, Comitê de Gestão de Riscos e Capital, e pelos Comitês de Prevenção à Lavagem de Dinheiro. O documento que expressa as diretrizes estabelecidas no programa corporativo de prevenção e combate a atos ilícitos pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Regulamentos e Políticas”, “Políticas”, “Política corporativa de prevenção e combate a atos ilícitos”.

Adicionalmente, o Itaú Unibanco vem desenvolvendo diversos modelos de análise de dados para aprimorar a metodologia de classificação de risco do cliente, monitoramento de transações e KYC, a fim de proporcionar maior acurácia em suas análises e diminuição de falsos positivos. O Itaú Unibanco também vem inovando suas soluções de modelagem utilizando novos métodos baseados em técnicas de *machine learning*, a fim de identificar atividades potencialmente suspeitas.

Risco Cibernético

O Itaú Unibanco tem o compromisso de proteger as informações corporativas e garantir a privacidade dos clientes e do público em geral em quaisquer operações. Para isso, adotamos processos rígidos de controle, voltados à detecção, prevenção, monitoramento ininterrupto e resposta imediata aos ataques e tentativas de invasões à nossa infraestrutura, garantindo a gestão do risco de segurança e a construção de um alicerce robusto para um futuro cada vez mais digital e aderentes aos principais reguladores e auditorias externas e às melhores práticas e certificações de mercado.

Para tal, possuímos a estratégia de proteção de perímetro expandido, conceito que considera que a informação deve ser protegida, onde estiver: dentro da infraestrutura do banco, em um serviço de *cloud* em um prestador de serviço ou em uma unidade internacional, levando também em consideração todo o ciclo de vida da informação, a

partir do momento em que é coletada, passando por processamento, transmissão, armazenamento, análise e destruição.

A Política Corporativa de Segurança da Informação e *Cyber Security* pode ser visualizada no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Regulamentos e Políticas”, “Política Corporativa de Segurança da Informação e *Cyber Security*”.

Risco País

O Risco País é o risco de perdas relativas ao não cumprimento de obrigações associadas a tomadores, emissores, contrapartes ou garantidores, em decorrência de eventos político-econômicos e sociais ou ações realizadas pelo governo do país onde está o tomador, o emissor, a contraparte ou o garantidor.

O Itaú Unibanco dispõe de uma estrutura específica para gestão e controle do risco país, composta de órgãos colegiados e equipes dedicadas, com responsabilidades definidas em política. A instituição possui um fluxo estruturado e consistente, composto por processos que abrangem: (i) definição de *ratings* para países; (ii) definição de limites para países; e (iii) monitoramento da utilização dos limites.

Risco de Negócio e Estratégia

O risco de negócio e estratégia é o risco decorrente do impacto negativo nos resultados e no capital em consequência de um planejamento estratégico falho, da tomada de decisões estratégicas adversas, da incapacidade do Itaú Unibanco implantar os planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio.

O Itaú Unibanco implantou diversos mecanismos que garantem que tomadas de decisão, tanto de negócio quanto estratégicas, sigam uma governança adequada, tenham a participação ativa de executivos e do CA, sejam baseadas em informações de mercado, macroeconômicas e de risco, e visem a otimizar a relação de risco-retorno. As tomadas de decisões e as definições de diretrizes de negócio e de estratégia contam com pleno envolvimento do CA, principalmente através do Comitê de Estratégia, e dos executivos, através do Comitê Executivo. De modo a tratar o risco adequadamente, o Itaú Unibanco dispõe de governança e processos que envolvem a Área de Riscos nas decisões de negócio e estratégia, visando a garantir que o risco seja gerido e que decisões sejam sustentáveis no longo prazo, sendo eles: (i) qualificação e incentivos de conselheiros e executivos; (ii) processo orçamentário; (iii) avaliação de produtos; (iv) avaliação e prospecção de fusões e aquisições proprietárias; e (v) arcabouço do apetite de risco, restringindo, por exemplo, concentrações de crédito e exposição a riscos relevantes e específicos.

Risco de Contágio

O Risco de Contágio é a possibilidade de ocorrência de perdas para as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial em decorrência de suporte financeiro a entidades não consolidadas, em situação de estresse, na ausência ou além de obrigações previstas contratualmente.

O Itaú Unibanco possui uma estrutura para gestão e controle do risco, equipe dedicada e política que define papéis e responsabilidades. Essa estrutura cobre (i) a identificação de entidades em relação a potencial geração do risco de contágio, (ii) a avaliação de riscos em relacionamentos, (iii) o monitoramento, controle e mitigação do risco de contágio, (iv) a avaliação de impacto em capital e liquidez e (v) reportes.

Faz parte do escopo da governança de risco de contágio os públicos de Partes Relacionadas, composto principalmente por controladores (pessoas físicas e jurídicas), entidades a eles relacionadas e entidades controladas e coligadas (conforme definições da Res. 4.693/18), Fundações, investimentos em entidades não consolidadas, fornecedores de produtos e serviços críticos, cessionárias, compradoras e vendedoras de ativos relevantes, terceiros com produtos distribuídos pelo Itaú Unibanco e terceiros para os quais o Itaú Unibanco distribui produtos, além de toda a análise das Unidades Internacionais.

Riscos Emergentes

São aqueles com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação e mitigação, devido à quantidade de fatores e

impactos ainda não totalmente conhecidos, tais como o risco Geopolítico e Macroeconômico e as Mudanças Climáticas. Suas causas podem ser originadas por eventos externos e resultarem no surgimento de novos riscos ou na intensificação de riscos já acompanhados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A identificação e monitoramento dos Riscos Emergentes são assegurados pela governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, permitindo que estes riscos também sejam incorporados aos processos de gestão de riscos.

Risco Operacional

O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, define risco operacional como “a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas”, incluindo o risco legal associado às inadequações ou deficiências em contratos firmados pela Instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O Itaú Unibanco classifica internamente seus eventos de risco em:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Itaú Unibanco;
- Interrupção das atividades do Itaú Unibanco;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados, incluindo o de pagamentos;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades no Itaú Unibanco, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento.

Na gestão de risco operacional, inclui-se a visão de conduta, que é objeto de ações mitigatórias que contemplam a avaliação do desenho do produto e dos modelos de incentivos. Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. O Itaú Unibanco possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao CA, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, conseqüentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

Os gestores das áreas executivas utilizam-se de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pelas Áreas de Risco Operacional e *Compliance* Corporativo e PLD. Entre as metodologias e ferramentas utilizadas, destacam-se a autoavaliação e o mapa de riscos priorizados da instituição, a aprovação de processos, produtos, o monitoramento de indicadores chave de risco e a base de dados de perdas operacionais, garantindo uma base conceitual única para o gerenciamento de riscos.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados os reportes consolidados do monitoramento de riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Em linha com os princípios da Resolução CMN 4.557, o documento “Relatório de Acesso Público - Gestão Integrada Risco Operacional e Controles Internos”, versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, pode ser acessado no site www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Regulamentos e Políticas”, “Relatórios”.

Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios

O Programa de Continuidade de Negócios do Itaú Unibanco tem por objetivo proteger seus colaboradores, assegurar a continuidade das funções críticas de suas linhas de negócio e sustentar tanto a estabilidade dos mercados em que atua quanto à confiança de seus clientes e parceiros estratégicos em sua prestação de serviços e produtos.

Ele estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Abaixo estão as descrições/características dos planos existentes:

- Plano de Recuperação de Desastres (PRD): estratégias de resiliência que, após falhas tecnológicas ou interrupção do datacenter principal, retoma e reestabelece os processos, atividades e recursos críticos (infraestrutura tecnológica, telecomunicações, sistemas, aplicações e dados).
- Plano de Contingência de Local de Trabalho (PCLT): estratégias definidas para que os processos críticos e os produtos/serviços críticos continuem em operação em local de trabalho alternativo caso o local principal fique inoperante ou inacessível.
- Plano de Contingência Operacional (PCO): alternativas para execução de processos críticos, sejam elas alternativas sistêmicas, processuais ou resposta a emergências.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para avaliação da instituição:

- Análise de Impacto nos Negócios (BIA): identifica e avalia o impacto nos negócios da organização, diante de situações de interrupções de seus processos, motivadas por falhas de origem de riscos humanos, naturais, climáticos, ambientais, sociais e/ou tecnológicos. A análise é utilizada para definir a priorização de recuperação dos processos e serviços críticos da organização e nortear as estratégias de continuidade dos negócios e atuação em crises;
- Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA): identificação das ameaças no entorno dos prédios utilizados pelo Itaú Unibanco.

Considerando a dependência que alguns processos possuem com relação a serviços de terceiros, o Programa de Continuidade de Negócios conta com um processo de autoavaliação dos fornecedores em relação ao risco de indisponibilidade dos serviços prestados na perspectiva de resiliência para ameaças de interrupção.

Adicionalmente a instituição conta com o Programa de Gerenciamento de Crises implantado de forma corporativa, que visa gerenciar, com respostas tempestivas e integradas, os eventos de interrupção de negócios, desastres naturais, impactos ambientais, sociais, infraestrutura/operacionais (incluindo tecnologia da informação) ou qualquer outra natureza que ameacem a imagem, a reputação e/ou a viabilidade de seus processos perante seus clientes, colaboradores, reguladores, investidores e sociedade.

O Programa estabelece um fluxo frequente de acultramento junto a alta administração da companhia, bem como uma análise constante dos cenários e eventos de alto impacto para estabelecer planos de respostas alinhados às ameaças atuais.

Para avaliar a eficiência e identificar pontos de melhorias nos planos de resposta à crise, são realizados testes, com a periodicidade mínima de uma vez ao ano.

Os Programas de Continuidade de Negócios e Gerenciamento de Crises são compostos por procedimentos normativos que definem os papéis e responsabilidades das equipes envolvidas nos programas.

Validação Independente de Modelos de Riscos

O Itaú Unibanco realiza validação independente dos processos e dos modelos de risco. Esta atividade é realizada por diretoria apartada das áreas de negócio e controle de risco, garantindo a independência das avaliações.

A metodologia de validação, definida em política interna específica, é aderente aos requisitos regulatórios, como por exemplo, os estabelecidos nas Circulares BACEN 303, 3.646, 3.674, 3.876 e Resoluções 2.682, 4.277 e 4.557. As etapas de validação incluem, entre outras:

- Verificação do desenvolvimento matemático e teórico dos modelos;
- Análise qualitativa e quantitativa dos modelos, incluindo a declaração de variáveis, construção de calculadora independente e a adequação das referências técnicas utilizadas;
- Quando aplicável, comparação com modelos alternativos e *benchmarks* internacionais;
- *Backtesting* histórico do modelo;
- Avaliação da adequação da implantação dos modelos nos sistemas utilizados.

Adicionalmente, a área de validação avalia o programa de teste de estresse.

A atuação da área de validação independente e as validações de processos e modelos são avaliadas pela Auditoria Interna e submetidas a comitês específicos, compostos por membros da alta administração. As oportunidades de melhoria encontradas ao longo do processo de validação independente estão devidamente endereçadas com planos de ação, sendo os mesmos acompanhados pelas 3 linhas de defesa e pela alta administração até sua conclusão.

Glossário de Siglas

A

- ACP - Adicional de Capital Principal
- ACCP - Adicional Contracíclico de Capital Principal
- ASF - *Available Stable Funding* (Recursos Estáveis Disponíveis)
- AVA - Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças

B

- BACEN - Banco Central do Brasil
- BCB - Banco Central do Brasil
- BIA – *Business Impact Analysis* (Análise de Impacto nos Negócios)

C

- CA - Conselho de Administração
- CCR - Risco de Crédito de Contraparte
- CCP – Contrapartes Centrais não Qualificadas
- CDP - *Carbon Disclosure Project*
- CDS – *Credit Default Swap*
- CEM - *Current Exposure Method*
- CEO - *Chief Executive Officer*
- CGRC - Comitê de Gestão de Risco e Capital
- CMN - Conselho Monetário Nacional
- CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- Comef - Comitê de Estabilidade Financeira
- CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliário
- CRO - *Chief Risk Officer*
- CTAM – Comissão Técnica de Avaliação de Modelos
- CVA - *Credit Valuation Adjustment*

D

- DLP - Demonstrativo de Liquidez de Longo Prazo
- DRL - Demonstrativo de Risco de Liquidez
- DV - *Delta Variation* (medida de sensibilidade)

E

- EMD - Entidades Multilaterais de Desenvolvimento
- EP - Princípios do Equador
- EVE – *Economic Value of Equity*

F

- FCC - Fator de Conversão de Crédito
- FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos
- FIDC - Fundos de Investimento em Direitos Creditórios
- FPR - Fatores de Ponderação de Riscos

G

- GAPS - Análise de Descasamentos
- GHG - *Greenhouse Gas Protocol*
- Gregas - Sensibilidade aos Diversos Fatores de Riscos

H

- HE - Haircut de Execução
- HQLA - *High Quality Liquid Assets*
- HV - Haircut de Volatilidade

I

- ICAAP - *Internal Capital Adequacy Assessment Process* (Processo interno de avaliação da adequação de capital)
- IRB - *Internal Ratings-Based*
- IRRBB – *Interest Rate Risk in the Banking Book*

K

- KYC - *Know Your Customer* (Conheça seu cliente)
- KYP - *Know Your Partner* (Conheça seu parceiro)
- KYS - *Know Your Supplier* (Conheça seu fornecedor)
- KYE - *Know Your Employee* (Conheça seu funcionário)

L

- LCR - *Liquidity Coverage Ratio*

M

- MtM - *Mark to Market*

N

- NII – *Net Interest Income*
- NSFR - *Net Stable Funding Ratio*

P

- PCN - Plano de Continuidade de Negócios
- PIB - Produto Interno Bruto
- PR - Patrimônio de Referência
- PRI - Investimento Responsável
- PVA – *Prudential Valuation Adjustment* (Ajustes Prudenciais)

Q

- QCCP - *Qualifying Central Counterparty* (Contrapartes Centrais Qualificadas)

R

- RA - Razão de alavancagem
- RAS - *Risk Appetite Statement*
- RSF - *Required Stable Funding* (Recursos Estáveis Requeridos)
- RWA - *Risk Weighted Assets* (Ativos Ponderados pelo Risco)
- RWA_{CIRB} - Parcela relativa às exposições ao risco de crédito pela abordagem de modelos internos
- RWA_{CPAD} - Parcela relativa às exposições ao risco de crédito
- RWA_{CPINB} - montante dos ativos ponderados pelo risco correspondente às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário, calculados para as jurisdições cujo ACCPi seja diferente de zero
 - RWA_{MINT} - Parcela relativa às exposições ao risco de mercado pela abordagem de modelos internos
 - RWA_{MPAD} - Parcela relativa às exposições ao risco de mercado pela abordagem padronizada
 - RWA_{OPAD} - Parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional

S

- S.A - Sociedade Anônima
- SAC - Social, Ambiental e Climático
- SA-CCR - *Standardised Approach to Counterparty Credit Risk*
- SFN - Sistema Financeiro Nacional

T

- TCFD - *TaskForce on Climate-Related Financial Disclosures*
- TI - Tecnologia da Informação

- TLAC - *Total Loss-Absorbing Capacity*
- TVM - Títulos e Valores Mobiliários

V

- VaR - *Value at Risk* (perda máxima dado horizonte de tempo e intervalo de confiança)

Glossário de Regulamentos

- Circular BACEN 3.644, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.646, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.674, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.748, de 26 de fevereiro de 2015
- Circular BACEN 3.749, de 05 de março de 2015
- Circular BACEN 3.751 de 19 de março de 2015
- Circular BACEN 3.769, de 29 de outubro de 2015
- Circular BACEN 3.809, de 25 de agosto de 2016
- Circular BACEN 3.846, de 13 de setembro de 2017
- Circular BACEN 3.869, de 19 de dezembro de 2017
- Carta Circular BACEN 3.907 de 10 de setembro de 2018
- Carta Circular BACEN 3.876 de 31 de janeiro de 2018
- Carta Circular BACEN 3.082 de 30 de janeiro de 2012
- Carta Circular BACEN 3.978 de 23 de janeiro de 2020
- Comunicado BACEN 40.936 de 22 de novembro de 2023
- Instrução Normativa BACEN 425 de 29 de novembro de 2023
- Resolução BCB 54 de 16 de dezembro de 2020
- Resolução BCB 111 de 06 de Julho de 2021
- Resolução BCB 229 de 12 de maio de 2022
- Resolução CMN 2.682 de 22 de dezembro de 1999
- Resolução CMN 4.955, de 21 de outubro de 2021
- Resolução CMN 4.958, de 21 de outubro de 2021
- Resolução CMN 4.327, de 25 de abril de 2014
- Resolução CMN 4.502, de 30 de junho de 2016

- Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017
- Resolução CMN 4.589, de 29 de junho de 2017
- Resolução CMN 4.693, de 29 de outubro de 2018